



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Autos: 2009.33.07.000238-7 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Autores: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Assistentes: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) e ASSOCIAÇÃO BAIANA DOS EXPOSTOS AO AMIANTO (ABEA)
Réus: SAMA S/A MINERAÇÕES ASSOCIADAS, SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS QUÍMICOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA e HERDEIROS DE MANOEL CÂNDIDO DE OLIVEIRA E ISAURA MARIA SILVA OLIVEIRA

SENTENÇA
RELATÓRIO

Trata-se de ação civil pública proposta originariamente pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual em relação à Ré Sama S/A Minerações Associadas, que explorou jazida de amianto entre os anos de 1940 a 1968 em imóvel de cerca de 700 hectares, situado no vilarejo de Bom Jesus da Serra, Município de Poções, sendo à época a principal fonte de abastecimento deste minério no mercado nacional. Acrescenta a inicial que, ao término da vida útil da lavra, a Ré Sama se transferiu para o Município de Minaçu, Estado de Goiás, alienando o antigo imóvel a Manoel Cândido de Oliveira e esposa, conforme escritura de compra e venda lavrada em 1971, permanecendo a empresa vinculada ao referido imóvel através de cláusulas impostas no título translativo. Afirmam os Autores que as atividades exercidas pela Ré Sama resultaram em “danos ambientais visíveis, formando uma área em proporções acentuadas, na forma de uma cratera gigantesca ou canhão sinuoso”, deixando ainda pilhas de “rejeito” do amianto dispersas aleatoriamente no entorno da área da fazenda. Argumentam também os Autores que o grave impacto ambiental foi constatado pela respeitável Fundação José Silveira, que é referência no estudo pioneiro de doenças respiratórias, e órgãos ambientais da Bahia.

Além da degradação ambiental, afirmam MPF e MPE a existência de feitos relacionados à exposição da população local ao amianto, que está internacionalmente comprovado ser cancerígeno e pneumoconiótico, conforme apontado pela Fundacentro, o que é agravado pelo risco de fibras de amianto suspensas no ar e pela utilização dos blocos de rejeito pelas famílias dos trabalhadores nas fundações de suas residências e como ornamentos de decoração, além de seu transporte para outras áreas sem qualquer controle, sobretudo pela desinformação decorrente do alto grau de analfabetismo daquela região. A isso estaria ligado o falecimento do estudante de História da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Gildevan Sena, 22 anos, em 1992, em decorrência de mesotelioma (câncer na pleura), resultante da exposição às fibras minerais extraídas das rochas de amianto.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Em seguida à exposição dos fatos, os Autores discorreram sobre os danos históricos, sua continuidade atual, o que afastaria a prescrição e imporia a responsabilidade de indenizar independentemente da regularidade da lavra à época, e fizeram requerimentos liminares e definitivos.

Liminarmente, pediram que se determine à Sama:

(...) 1. a adoção de medidas emergenciais de segurança (...), sob pena de fixação de multa diária, em caso de descumprimento, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), devendo a SAMA, sobretudo a) promover o isolamento do local, com cerca de arame farpado, para impedir a entrada de pessoas não autorizadas no local; b) promover a sinalização acerca dos riscos de acidente com a confecção de 30 (trinta) placas (com dimensões idênticas aos outdoors) com os seguintes dizeres: **“O AMIANTO, EM TODAS AS SUAS FORMAS, É CANCERÍGENO E PNEUMOCONIÓTICO”**; c) 05 (cinco) grandes placas (com dimensões idênticas aos outdoors) sinalizando a impropriedade da água do canyon para qualquer tipo de consumo; d) isolamento das cavas e trincheiras com cercas protetoras, evidenciando a existência de situação de risco e e) recolhimento das pilhas de rejeito dispersas na propriedade para as pilhas secundárias ou principais, as quais deverão ser devidamente cercadas com arame farpado para fins de isolamento e dificultar a retirada por pessoas não autorizadas, atentando-se com o necessário cuidado em relação ao levantamento das partículas no ar;

2. condenação da Ré **SAMA/ETERNIT** a procederem aos estudos técnicos discriminados no termo de referência com vistas à elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD – a fim de elaborar uma solução técnica para a área degradada. O projeto deverá ser viabilizado mediante apresentação, pelo requerido, de projeto ambiental pormenorizado, firmado por responsável técnico habilitado e aprovado pelos técnicos dos Ministérios Públicos, pelos técnicos do IMA e IBAMA, prevendo a elaboração de um cronograma de execução, cuja implementação dar-se-á no prazo de 180 dias, bem como a realização de monitoramento por 5 anos após sua implantação, mediante a apresentação de relatório semestral que deverá ser apresentado pelos técnicos responsáveis pela implantação do projeto;

3. a cominação de multa diária no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) à Ré **SAMA** no caso de descumprimento do item 2, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis;

Em sede definitiva, pugnaram pela confirmação da tutela antecipada e pela procedência da ação, a fim de que seja a Ré Condenada:

1. [na] apresentação e execução de Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, nos moldes do projeto de recuperação ambiental exposto no pedido de antecipação dos efeitos da tutela;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

2. (...) pagar danos morais no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a ser revertido, em parcelas iguais, para os Fundos de Direitos Difusos Federal e Estadual, nos termos do art. 13 da Lei nº 7.347/85, havendo de se consignar, na (...) sentença, que os recursos deverão ser destinados à comunidade de Bom Jesus da Serra, da forma como entender os conselheiros gestores dos referidos fundos, obedecendo-se ao artigo 7º do Decreto Federal nº 1.306/94.

Citada, a Ré Sama S/A Minerações Associadas contestou o feito às fls. 1.842-1.937. Alegou, em síntese: 1) participação da empresa Brasilit - Saint Gobain, cuja responsabilidade solidária impõe sua figuração no polo passivo da demanda ao lado dos sucessores do Sr. Manoel Cândido de Oliveira e esposa; 2) a exploração da jazida perdurou até 1967, tendo havido formalização do encerramento das atividades minerárias em 24/04/1971, ano em que a propriedade foi vendida a Manoel Cândido de Oliveira, que passou a explorar o amianto através das empresas Nardele e Arizona; 3) ausência de interesse processual por ter havido encerramento da atividade aprovado pelo DNPM; 4) prescrição; 5) não-ocorrência de responsabilidade objetiva; 6) inexistência de comprovação de nexo causal; 7) inexistência de comprovação de danos ambientais; 8) impossibilidade de condenação em danos morais coletivos; 9) impossibilidade de concessão de tutela antecipada. Pediu improcedência da ação e juntou documentos.

Houve impugnação ao valor da causa, que foi julgada improcedente (autos nº 2009.828-5, com cópia de decisão às fls. 2.295-6).

A decisão de fls. 2.170-2.176 e verso deferiu parcialmente a tutela liminar, rejeitou as preliminares e indeferiu a arguição de ilegitimidade passiva e de chamamento ao processo dos herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira. A Ré Sama S/A agravou dessa decisão, tendo obtido do Relator do Agravo de Instrumento 2009.01.00.031985-5/BA (fls. 2.288-2.290) a concessão de efeito suspensivo da tutela antecipada e a determinação que os agravados promovessem a citação das demais pessoas, físicas ou jurídicas, que sucederam a agravante na exploração do imóvel, para que integrassem a lide como litisconsortes passivos necessários.

Às fls. 2.406-2.434, foi apresentada contestação pela Saint Gobain do Brasil Produtos Químicos Industriais e para Construção Ltda. Alegou preliminarmente ilegitimidade passiva, vez que não teria sucedido a Sama S/A na exploração do imóvel, inexistindo hipótese de solidariedade. No mérito, pediu a improcedência da ação em relação a ela e condenação da Sama S/A, que a chamou ao processo, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios em percentual equivalente a 20% do valor atribuído à causa. Juntou documentos.

A decisão de fl. 2.557-5.558, acolhendo a preliminar, excluiu da lide a Saint Gobain do Brasil Produtos Químicos Industriais e Para Construção Ltda. Contra esse *decisum*, a Sama interpôs agravo de instrumento, informado às fls. 2.572-3. A decisão de fl. 2.605 manteve a decisão agravada por seus próprios fundamentos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Ainda em face da ordenação do TRF – 1ª Região nos autos do AI nº 2009.01.00.031985-5/BA (fls. 2.288-2.290), foi determinada, por este juízo, a citação dos herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira, que se arrastou por longos meses em face de estarem situados em diferentes lugares da Federação. Finalmente, ofereceram contestação: Yany de Oliveira, Alberto de Oliveira, Rui de Oliveira, Edson de Oliveira, Manoel Cândido de Oliveira, Zuledia de Oliveira Ataíde, Valdelice Oliveira Souza, Jaimilton de Oliveira, Almy de Oliveira e Albertino de Oliveira às fls. 2.972-8. Neusa Maria de Oliveira da Silva às fls. 3.026-3.032. Em síntese, alegaram, preliminarmente, ilegitimidade passiva. No mérito, imputam à Sama S/A a exclusiva exploração da área, que impôs cláusula proibitiva de comercialização do imóvel por parte de Manoel Cândido de Oliveira e herdeiros. Aditam que a Sama explorou como quis a área e deixou os rejeitos desorganizados, mudando-se para o Estado de Goiás para explorar a mesma atividade. Argumentam, por último, que foram os Contestantes que exigiram providências ao Ministério Público diante exatamente do risco que a área representava por conta da exploração desordenada pela Sama S/A. Pediram improcedência da ação em relação a eles e procedência em relação à Sama.

A Sama S/A agravou também da decisão de fls. 2.937-40, que deferiu o requerimento do IBAMA para figurar no processo como assistente dos Autores.

A decisão de fls. 3.035-3.040, que se situa na dimensão de sentença, julgou improcedente a ação em relação aos herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira e manteve a decisão agravada pela Sama (fls. 2.993-3.018) por seus próprios fundamentos, determinando a intimação dos Autores e da Ré Sama S/A para que especificassem as provas que pretendiam produzir.

Requerimento de produção de provas da Sama S/A às fls. 3.043-4 (originais às fls. 3.048-3.049). A Ré informou à fl. 3.046 a interposição de agravo de instrumento (nº 10716-38.2011.4.01.0000) contra a decisão de fls. 3.035-3.040.

O MPF especificou suas provas às fls. 3.057-3.059 (originais às fls. 3.060-3.062).

A decisão de fls. 3.064-3.065: 1) deferiu as provas cuja produção foi requerida pelas partes, com a ressalva de que a inspeção judicial ficaria condicionada à sua real necessidade após finalizados os demais meios de prova; 2) determinou a expedição de ofícios à Faculdade de Medicina e Engenharia Química da Universidade Federal da Bahia para que indicassem especialistas para realização de perícia; 3) determinou a intimação: 3.1) do MPF para especificar em que consistiria a perícia e apresentar endereços das pessoas a serem ouvidas; 3.2) da Sama para apresentar relação de testemunhas; 3.3) do Ministério Público Estadual para dizer das provas a produzir; 3) manteve a decisão agravada pela Sama por seus próprios fundamentos.

O MPF, às fls. 3.071-3.072, informou os endereços das suas testemunhas e ponderou ser desnecessário requerer prova pericial. O MPE/BA, à fl.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

3.074v, ratificou o pedido do MPF. A Sama S/A arrolou testemunhas às fls. 3.076-3.077 e informou à fl. 3.079 a interposição de agravo de instrumento contra a decisão de fls. 3.064-3.065. Audiência de instrução para oitiva de testemunhas residentes em São Paulo/SP às fls. 3.242-3.249.

Decisão proferida pelo TRF – 1ª Região no Agravo de Instrumento nº 2009.01.00.031985-5/BA (fls. 3.359-3.363) determinou o restabelecimento da situação da empresa Saint Gobain do Brasil Produtos Químicos Industriais e para Construção Ltda como litisconsorte passiva necessária

A decisão de fls. 3.365-3.366 determinou: 1) fosse riscado trecho do quarto parágrafo da manifestação da Ré Sama juntada às fls. 3.354-5, após a extração de cópia para remessa ao MPF e de cópia a ser arquivada na Secretaria; 2) a intimação da Saint Gobain Ltda do restabelecimento de sua figuração passiva na lide. À fl. 3.370, a Sama S/A requereu o integral cumprimento da decisão do TRF – 1ª Região, trazendo de volta à lide todas as pessoas físicas e jurídicas excluídas do processo. Pediu também fosse declarada nulidade de todos os atos processuais praticados após as decisões que excluíram esses Réus do processo e fosse determinado ao Juízo da 4ª Vara Federal de Salvador o cancelamento de audiência designada. A mesma Ré informou, à fl. 3.394, a interposição de agravo de instrumento contra a decisão de fls. 3.365-3.366.

A decisão de fls. 3.410-3.412: 1) ante os termos da decisão em agravo de instrumento de fls. 3.375-3.380, deferiu o primeiro requerimento da Sama, de modo a determinar a intimação dos herdeiros de Manoel Cândido Oliveira e esposa para que ficassem cientes do restabelecimento de sua condição de Codemandados na lide; 2) indeferiu os demais requerimentos da Sama; 3) ordenou à Secretaria que certificasse a existência ou não do fato constante de requerimento de fls. 3.389-3.390; 4) manteve a decisão objeto do agravo de instrumento (fls. 3.394-3.409) pelos seus próprios fundamentos.

Audiência de instrução para oitiva de testemunhas residentes em Salvador/BA às fls. 3.462-3.475. Manifestando-se às fls. 3.490-3.496, a Saint Gobain do Brasil pediu a nulidade dos atos processuais praticados desde a decisão que a excluiu da lide e especificou as provas que pretendia ver produzidas. A decisão de fls. 3.498-3.499: 1) declarou sem objeto a irresignação da Sama contra a desistência da perícia por parte do MPF em 11 de abril de 2011 (fls. 3.060-2), porque a questão fora tratada desde a decisão de 3 de julho de 2009 (fls. 2.294) ao atribuir à mesma Sama, que requereu tal prova, o custo de produzi-la; 2) determinou a intimação da Sama para especificar a prova pericial requerida às fls. 2.192, indicando o profissional e a sua especialidade; 3) revogou a decisão de fls. 3.064-3.065 no que diz respeito à necessidade de perícia médica e determinou que se oficiasse ao Relator do agravo de instrumento interposto pela Sama (fls. 3.083-91) comunicando-lhe a reforma da decisão; 4) indeferiu o requerimento de nulidade formulado pela Saint Gobain Ltda, facultando-lhe apontar prejuízo nos atos que tiveram lugar entre o intercurso de sua exclusão da lide, a seu pedido, e sua reinclusão pelo TRF – 1ª Região; 5) deferiu as provas cuja produção foi requerida pela Saint Gobain Ltda; 6)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

determinou providências a serem cumpridas pela Secretaria pra que, posteriormente, fossem os herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira intimados para, querendo, especificarem as provas a produzir.

A Sama S/A, às fls. 3.508-3.509, requereu a juntada de documentos e o encaminhamento de ofícios à Receita Federal, Secretaria da Fazenda do estado da Bahia e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, com vistas a esclarecer a situação da empresa do Sr. Manoel Cândido de Oliveira. Já às fls. 3.514-3.515, a Ré requereu a nomeação do Dr. Everton de Oliveira como responsável pela realização e coordenação da perícia.

Às fls. 3.517-3.533, a Associação Baiana dos Expostos ao Amianto – ABEA – requereu seu ingresso no feito na condição de assistente litisconsorcial. Subsidiariamente, pugnou por sua inclusão como assistente simples. Audiência para oitiva de testemunhas com residência na Comarca de Poções às fls. 3.657-3.658.

A decisão de fls. 3.660-3.661: 1) tomou a indicação profissional da Sama S/A como sendo de assistente técnico; 2) determinou que se oficiasse ao Colegiado do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília para que indicasse profissional(ais) especialista(s) na área de amianto a ser nomeado(s) perito(s) neste processo; 3) determinou a intimação da Saint Gobain do Brasil Ltda para apresentar rol de testemunhas; 4) determinou a intimação do MPF, MPE, Saint Gobain e Herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira para, querendo, se manifestarem sobre os documentos apresentados pela Sama; 5) deferiu os requerimentos formulados pela Sama S/A às fls. 3.508-3.509, determinando a intimação dos órgãos ali indicados para que prestassem as informações especificadas; 6) determinou a intimação pessoal do MPF, de um lado e, de outro, em prazo comum de 5 dias, da Sama S/A, Saint Gobain do Brasil Ltda e herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira para se pronunciarem sobre o requerimento da ABEA; 7) determinou a intimação do MPF para se manifestar sobre a informação de fls. 3.432 e para formular quesitos à perícia, além de determinar, neste último caso, a intimação dos herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira; 8) ordenou que se oficiasse ao Relator do Agravo de Instrumento interposto pela Sama S/A da decisão de fls. 3.035-3.040 (fl. 3.052), dando-lhe a conhecer, por cópia, o teor da certidão de fls. 3.501.

A Sama S/A, às fls. 3.671-3.673, informou a juntada de novos documentos. Já às fls. 3.677-3.681 requereu o desentranhamento da petição da ABEA para decisão em separado dos autos e o indeferimento do pedido de assistência litisconsorcial ou mesmo de assistência simples.

A Saint Gobain do Brasil Ltda, às fls. 3.683-3.685, pugnou pelo depoimento pessoal dos corréus herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira, apresentou rol de testemunhas e pediu o indeferimento do pedido da ABEA. Em audiência realizada perante o Juízo da Comarca de Poções/BA (fls. 3.698-9), ante a existência de contradita, determinou o Magistrado a devolução da carta precatória para que este juízo pudesse decidir a respeito.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Após manifestação do MPF de fls. 3.703-06 e do MPE (fl. 3.712), bem como do transcurso do prazo aberto para os herdeiros de Manoel Cândido da Silva *in albis* (fl. 3.716), a decisão de fl. 3.718: 1) determinou a renovação dos ofícios de fls. 3.666 e 3.367, com complementações requeridas pelo *Parquet*; 2) deferiu o requerimento da ABEA para recebê-la como assistente litisconsorcial, facultando-lhe, e também ao IBAMA, a formulação de quesitos à perícia. O MPF apresentou quesitos às fls. 3.744-3.747.

A decisão de fls. 3.754-5, dentre outras medidas: 1) nomeou Élio Lopes dos Santos para realização da perícia, determinando sua intimação para formulação de proposta de honorários; 2) determinou a intimação da Sama S/A, do MPE (Promotoria de Poções), do IBAMA e dos herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira e sua esposa para que, querendo, apresentassem quesitos; 3) declarou a preclusão da ABEA para oferecer quesitos, tendo em conta a certidão de fl. 3.735; 4) deferiu a prova oral requerida pela Saint Gobain.

Proposta de honorários periciais às fl. 3.763-4. O MPE aderiu aos quesitos formulados pelo MPF (fl. 3.779). A decisão de fl. 3.786 determinou ao Perito que refizesse sua proposta discriminando os valores classificáveis como despesas e tributos daqueles que constituem honorários propriamente ditos. Nova proposta de honorários à fl. 3.810. Quesitos da Sama S/A às fls. 3.816-3.820. A mesma Ré se manifestou sobre a proposta de honorários às fls. 3.824-3.826. Manifestação do MPF sobre a impugnação às fls. 3.828-3.830. A decisão de fls. 3.832-3.835, tomando em consideração ponderações feitas pela Sama e pelo MPF, fixou balizamentos para que o Perito refizesse sua proposta de honorários. Contra a decisão, a Sama opôs embargos declaratórios (fls. 3.845-6) e a decisão de fls. 3.849 deu provimento ao recurso, determinando que os valores deveriam ser depositados após determinação do juízo. Audiência de instrução realizada em Goiânia/GO às fls. 89-95.

A decisão de fls. 3.891-2 revogou a decisão de fls. 3.754-5 no que toca aos depoimentos pessoais dos herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira e Isaura Maria Silva Oliveira, requeridos pela Saint Gobain do Brasil, ficando mantida a coleta de prova testemunhal, e determinou o desentranhamento das peças processuais, inclusive mídias digitais, que encerram a tomada daqueles citados depoimentos pessoais dos Corrêus.

À fl. 3.897, Elio Lopes dos Santos declinou da condição de Perito do Juízo. A decisão de fl. 3.903: 1) deferiu pedido de desistência da oitiva de testemunhas formulado pela Saint Gobain; 2) tornou sem efeito a nomeação do Perito.

A Saint Gobain informou, às fls. 3.914-15, a interposição de agravo de instrumento contra a decisão de fls. 3.891-2. A decisão de fl. 3.938 reformou, sem que isso implicasse pré-aceitação dos depoimentos em questão como valor probante, a decisão de desentranhamento. Determinou-se a comunicação do *decisum* ao Relator do agravo de instrumento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Proposta de honorários do Perito Gustavo Correa de Abreu às fls. 3.986-3.990. A Sama S/A, às fls. 3.994-5, concordou com os termos da proposta. A decisão de fl. 3.996 abriu prazo para que a Sama depositasse os valores, o que foi cumprido (fls. 4.009-4.011). Quesitos do IBAMA às fls. 4.018-19. A decisão de fl. 4.022 autorizou o levantamento, pelo Perito, de 50% do valor depositado. Relato preliminar da primeira etapa dos levantamentos, efetuado pelo Perito, juntado às fls. 4.041-5.

Às fls. 4.058-64, a ABEA requereu que fosse determinado ao Perito nomeado que prestasse esclarecimentos quanto: 1) aos laboratórios contratados, irresignando-se contra a indicação do ProjeControl; 2) à *"antecipação indevida de conclusões – prejulgamento inadequado"*. A decisão de fls. 4.071-2 deferiu o item 1, e indeferiu o item 2, determinando a intimação do Perito para responder, no prazo de 5 dias.

Às fls. 4.026-82, a ABEA apresentou ao MPF fatos e documentos que julgou corroborarem *"a necessidade de se requerer nos Autos a suspeição da ProjeControl, devendo ser esta excluída da condição de Perito ou auxiliar de Perito, com a desconsideração da perícia"*.

Manifestação do Perito às fls. 4.128-4.133. Juntou os documentos de fls. 4.135-4.224. Manifestando-se às fls. 4.227-31, o MPF requereu que este juízo determinasse: a) a expedição de ofício ao Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, requisitando-se informações; b) a expedição de ofício à Secretária-Executiva do Ministério da Saúde requisitando que informasse os laboratórios habilitados para constatação e aferição da concentração de fibras de amianto em amostras ambientais de ar; c) a intimação do IBAMA para conhecimento dos questionamentos feitos pela ABEA e das informações prestadas pelo Perito; d) a intimação da ABEA acerca da manifestação apresentada pelo Perito às fls. 4.128-33; e) determinasse à Secretaria que atentasse para a necessidade de intimação pessoal do MPF dos atos processuais, inclusive de eventuais cronogramas de trabalho apresentados pelo Perito; f) determinasse ao Perito que suspendesse os seus trabalhos no que dissesse respeito à análise de amostras de ar, até comunicação judicial posterior. A decisão de fl. 4.233 deferiu os pedidos do MPF, à exceção do item f.

Manifestando-se às fls. 4.251-4.255, a ABEA constatou a necessidade de alteração do laboratório escolhido pelo Perito, bem como, que sejam refutados todos os entendimentos baseados em antecipações de juízo técnico ou concepções pessoais. O IBAMA pediu, à fl. 4.266, que a parte autora, MPF e os demais assistentes litisconsorciais contribuam na indicação de empresa substituta à empresa ProjeControl. A decisão de fl. 4.276 deferiu requerimento do MPF de fl. 4.275, determinando a expedição de ofícios às pessoas e entes especificados na petição.

Às fls. 4.296-4.302, o MPF requereu a intimação do Perito para que, à vista das informações prestadas pelo Departamento de Vigilância em Saúde



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Ambiental e Saúde do Trabalhador e do INMETRO, bem como das ponderações feitas na própria petição, se manifestasse acerca da possibilidade de contratação (em substituição ou em paralelo à ProjeControl), da Fundacentro ou do SENAI, para realização da análise das amostras de ar coletadas.

A decisão de fl. 4.304 determinou a intimação do Experto nos termos formulados pelo *Parquet*. Manifestação do Perito às fls. 4.306-4.308. O MPF, às fls. 4.317-18, pediu a expedição de ofícios à Fundacentro e ao SENAI, questionando-lhes a possibilidade de realizarem a análise laboratorial, o que foi deferido por força da decisão de fl. 4.327. Saint Gobain juntou manifestação do assistente técnico às alegações do perito, manifestando-se contra a contratação de outro laboratório como auxiliar (fls. 4.334-37). Às fls. 4.349-50, o MPF requereu a intimação do Perito para que se manifestasse acerca da possibilidade de contratação do SENAI para desempenhar a atividade de constatação e aferição da concentração da fibra de amianto em amostras ambientais de ar. A intimação foi determinada à fl. 4.358. Manifestação do Perito acompanhada de documentos às fls. 4.361-4.379.

Manifestando-se às fls. 4.382-3, o MPF pronunciou-se pela nomeação da SGS Environ Ltda como mais um auxiliar do perito para constatação e aferição da concentração de fibras e amianto em amostras ambientais de ar, utilizando para tal finalidade o método NIOSH 7400, sem prejuízo da função a ser desempenhada pela ProjeControl através do método ABNT NBR 13158. À fl. 4.387, a Sama apresentou concordância com o pleito do MPF. O mesmo ocorreu com a Saint Gobain do Brasil (fl. 4.392) e o IBAMA (fl. 4.406). Já a ABEA, às fls. 4.397-4.401, impugnou o pleito ministerial, indicando a Aircon do Brasil – Serviços de Consultoria e Descontaminação de Amianto Ltda para realizar a atividade.

A decisão de fls. 4.410-4.415: 1) rejeitou as arguições da Saint Gobain do Brasil Ltda e da ABEA; 2) nomeou a SGS Environ Ltda como mais um auxiliar do Perito para a constatação e aferição da concentração de fibras de amianto em amostras ambientais do ar, utilizando para tal finalidade o método NIOSH 7400, sem prejuízo da função a ser desempenhada pela ProjeControl através do método ABNT NBR 13158; 3) determinou a intimação do Perito para diligenciar a vinda aos autos dos custos da contratação, a ser suportada pela SAMA S/A. Manifestação do Perito às fls. 4.422-4.425. Juntou documentos de fls. 4.426-4.440. A decisão de fl. 4.442 homologou o valor apresentado, determinando a intimação da SAMA para o depósito suplementar. Ela peticionou às fls. 4.445-6 sustentando que nenhum dado concreto foi levantado contra o laboratório inicialmente indicado pelo Perito.

A decisão de fls. 4.448-9 deferiu apenas a reabertura do prazo de depósito dos valores quantificados, sob pena de serem desconsiderados quaisquer achados periciais encontrados, passando a se decidir com a prova anexada à inicial. A Sama juntou comprovante do recolhimento à fl. 4.453, tendo o despacho de fl. 4.454 autorizado o levantamento de 50% do valor. Manifestações do Perito às fls. 4.458-9, 4.470, 4.480-82 e 4.497-99. O *Expert* apresentou laudo às fls. 4.505-4.695, anexando 21 anexos, que foram autuados em 06 volumes e apensados ao processo (fl. 4.696).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Após apresentação do laudo, o Perito Judicial peticionou às fls. 4.698-4.702. Alegou, em suma, que tendo em conta o trabalho efetivamente desenvolvido e a estimativa das despesas e honorários futuros, o custo pericial atualizado seria de R\$587.675,07 (quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais e sete centavos). E considerando que tinha sido depositada até aquele momento pela Ré a quantia de R\$384.601,56 (trezentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e um reais e cinquenta e seis centavos), pugnou pelo depósito de R\$203.073,51 (duzentos e três mil, setenta e três reais e cinquenta e um centavos), diferença entre o valor depositado e o custo pericial atualizado.

Requeru, ainda, tendo em vista que efetivamente havia levantado R\$192.300,78 (cento e noventa e dois mil, trezentos reais e setenta e oito centavos), o depósito na sua conta corrente do saldo remanescente dos depósitos anteriores, com correção do valor a que tivesse direito até que se confirmasse o pagamento da diferença acima apontada. Juntou os documentos de fls. 4.703-4.738.

Por meio do ato ordinatório de fl. 4.739, foi determinada a intimação dos autores para se manifestarem sobre o laudo pericial. À fl. 4.740 e verso, o MPF pediu esclarecimentos pontuais por escrito. Às fls. 4.743-5, foi informada a disponibilização de cópia digital do laudo pericial em mídia e na internet, por meio do *Google Drive*. O despacho de fl. 4.747 reservou a análise das petições do Perito e do MPF para ocasião posterior às manifestações de todas as partes sobre o laudo.

Sama S/A Minerações Associadas se manifestou às fls. 4.750-9. Alegou, em síntese, que o laudo desconstrói, quase que por completo, as alegações de danos ambientais descritas na inicial. Por sua vez, a ABEA, às fls. 4.760-4.776, aduziu estar evidente a nulidade da perícia, haja vista que o laudo apresentaria falhas graves, contradições e lacunas que o tornam imprestável. Requeru a declaração de nulidade do laudo, com nomeação de outro perito e, subsidiariamente, fosse o Perito intimado a responder, mediante apresentação de laudo complementar, aos quesitos complementares formulados. Juntou os documentos de fls. 4.777-4.785.

Saint Gobain do Brasil Ltda, às fls. 4.813-4.831, pontuou, em resumo, que a natureza de sua atividade não a legitima para compor o polo passivo da demanda, razão pela qual deveria ser excluída antecipadamente da lide. No que tange ao laudo pericial, afirmou que veio a confirmar a ausência de juridicidade do pedido inicial. Juntou documentos de fls. 4.832-4.845, incluindo aí "*Resposta ao Laudo Técnico do Perito*" (fls. 4.839-4.845), formulada por assistente técnico.

A decisão de fl. 4.890: 1) deferiu o pedido de esclarecimentos do MPF; 2) acolheu a manifestação da ABEA no sentido de solicitação de esclarecimentos adicionais ao Perito; 3) reservou a análise do pedido da Saint Gobain para o momento do julgamento do mérito; 4) determinou a intimação da Sama para que se manifestasse sobre o requerimento formulado pelo Perito às fls. 4.698-4.702; e 5) reservou para ocasião posterior a análise do pedido de liberação dos honorários.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Manifestando-se às fls. 4.897-4.898, SAMA S/A MINERAÇÕES ASSOCIADAS afirmou não concordar com o pedido de majoração dos honorários periciais e o consequente depósito de mais R\$203.073,51, até porque as despesas apresentadas de R\$137.000,00 para análises de campo já eram conhecidas e foram levadas em conta na fixação dos honorários, devendo ser autorizado somente: 1) o levantamento do restante do valor já depositado; e 2) nova abertura de prazo para o depósito do valor de R\$15.000,00 para ressarcimento dos custos com o deslocamento a cidade de Vitória da Conquista.

À fl. 4.900, o IBAMA informou não ser possível a apresentação de manifestação sobre o laudo pericial, pois o quadro técnico da Autarquia não dispõe de equipe multidisciplinar para tanto. Juntou os documentos de fls. 4.901-4.902. O Perito apresentou laudo complementar às fls. 4.904-4.943. Por força da decisão de fl. 4.944, abriram-se vistas às partes. O MPF tomou ciência à fl. 4.944v. Sama S/A e Saint Gobain manifestaram-se, respectivamente, às fls. 4.956-4.962, 4.964-4.967, reiterando as considerações anteriores. A ABEA, por sua vez, manifestou-se às fls. 4.974-4.990, reiterando a impugnação ao laudo, com pedido de declaração de sua nulidade e designação de equipe multidisciplinar para realização de nova perícia. O IBAMA, à fl. 5.010, reiterou a impossibilidade técnica de se pronunciar sobre o laudo.

A decisão de fls. 5.014-5.016: 1) indeferiu a complementação requerida pelo Perito, determinando somente a intimação da Sama para depósito do valor correspondente ao deslocamento; 2) determinou a intimação do MPF para se manifestar sobre a arguição de nulidade da perícia formulada pela ABEA; 3) determinou a intimação das partes para dizerem da necessidade de designação de audiência para os fins do art. 361, I, do CPC. Sama S/A Minerações Associadas, à fl. 5.020, informou o depósito do valor de R\$15.000,00 e que não tinha interesse na realização de audiência. Saint Gobain do Brasil Ltda, às fls. 5.023-5.024, asseverou ser desnecessária a audiência.

À fl. 5.026 e verso, o MPF, manifestando-se sobre a alegação de nulidade da perícia, alegou que, embora concorde com a ABEA quanto às contradições do laudo e o comportamento indevido do Perito ao emitir juízo de valor que extrapola o objeto da perícia, a solução para o caso não deve ser a nulidade e repetição da prova, e sim *“sua adequada valoração para excluir da apreciação das partes e do juiz todos os apontamentos que extrapolem o objeto restrito da prova (...) ou que representem mera opinião pessoal do perito”*. Requereu, ao final, o indeferimento do pedido de nulidade da prova pericial.

Por meio da certidão de fl. 5.027, atestou-se que apenas Sama S/A e Saint Gobain do Brasil se manifestaram sobre o interesse na realização de audiência. A decisão de fls. 5.028-29: 1) indeferiu o pedido da ABEA de declaração de nulidade do laudo; 2) declarou encerrada a instrução e determinou a liberação dos valores depositados pela Sama S/A em favor do Perito; e 3) determinou a intimação das partes para apresentação de memoriais. À fl. 5.036, o MPF informou a juntada do expediente PGR-00274994/2016 com manifestação de seus Assistentes Técnicos (fls. 5.037-5.041).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Os memoriais do *Parquet* foram juntados às fls. 5.042-5.120. Após relato dos atos processuais, descreveu os fundamentos que entende apontarem para a procedência dos pedidos. Iniciou seccionando seus memoriais em capítulos sobre o dano ambiental causado pela Sama e a necessidade de repará-lo, a situação atual do meio ambiente degradado e a perenidade do dano ambiental, fatores que afastam a hipótese de prescrição, o dever da Sama de reparar o dano e a violação ao ordenamento jurídico vigente à época dos fatos. Após, apresentou razões para a improcedência do pedido da Sama de ampliação dos limites da lide, afirmando que a *“postura adotada pela SAMA na tentativa de eximir-se da responsabilidade pelos danos ambientais atenta contra o princípio da boa-fé objetiva, notadamente em sua vertente venire contra factum proprium, e vai de encontro com a teoria da aparência”* (fl. 5.098). Dedicou um capítulo para tecer considerações sobre o amianto e, após, tratou do dano moral coletivo. Informou haver necessidade de decretação de indisponibilidade de bens e, ao final, apresentou requerimentos nos termos seguintes:

(...) Ante o exposto, requer o MPF:

1) que sejam indeferidos os pedidos de chamamento ao processo formulado pela demandada **SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS**;

2) a condenação da **SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS** a pagar danos morais no valor de R\$31.423.370,00, a ser depositado em conta bancária remunerável vinculada a este processo, cujos valores destinarão a projetos culturais, sociais e ambientais em favor da população do município de Bom Jesus da Serra, mediante autorização deste juízo de concordância dos Ministérios Públicos Federal e do Estado da Bahia;

3) a indisponibilidade do valor total do dano moral da **SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS**, na forma descrita no item IV;

4) a adoção das medidas emergenciais de segurança, sob pena de fixação de multa diária, em caso de descumprimento, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), devendo a SAMA, sobretudo:

4.1) promover o isolamento do local, com cerca de arame farpado, para impedir a entrada de pessoas não autorizadas no local;

4.2) promover a sinalização acerca dos riscos de acidente com a confecção de 30 (trinta) placas (com dimensões idênticas aos outdoors) e, para minimizar os riscos de contaminação do ar, o perito sugere, além da revegetação, a sinalização adequada da área sobre o conteúdo do material depositado, com a utilização dos seguintes dizeres: **NÃO RETIRAR/CARREGAR, NÃO QUEBRAR, MOER, SERRAR OU BRITAR. A POEIRA PODE SER NOCIVA À SAÚDE**;

4.3) 05 (cinco) grandes placas (com dimensões idênticas aos outdoors) sinalizando a impropriedade da água do canyon para qualquer tipo de consumo humano;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

4.4) isolamento das cavas e trincheiras com cercas protetoras, evidenciando a existência de situação de risco; e

4.5) isolamento das pilhas de rejeito dispersas na propriedade, as quais deverão ser devidamente cercadas com arame farpado para fins de isolamento e dificultar a retirada por pessoas não autorizadas, atentando-se com o necessário cuidado em relação ao levantamento das partículas no ar;

5) a condenação da **SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS** a apresentar, no prazo de 06 (seis) meses, Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD – afim de elaborar uma solução técnica para a área degradada e outras medidas de prevenção e reparação de danos, **devendo contemplar necessariamente, além de outras medidas (que a comissão poderá julgar necessária), os seguintes pontos:**

5.1) O projeto deverá ser viabilizado mediante apresentação de projeto ambiental ppormenorizado, firmado por responsável técnico habilitado, a ser analisado e aprovado por uma comissão multidisciplinar, composta por representantes do MPF, MPE, INEMA, IBAMA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UFSB, Instituto Federal da Bahia – IFBA, além de outras instituições que possam demonstrar interesse nesta temática;

5.2) previsão de cronograma de execução, cuja implantação dar-se-á no prazo de 06 (seis) meses a contar da data da aprovação do projeto;

5.3) definição de política, em conjunto com o ente municipal e/ou outros órgãos públicos interessados, de conscientização da população acerca dos riscos e cuidados necessários;

5.4) definição de diagnóstico de todas as residências e imóveis públicos (notadamente estabelecimentos de saúde e educação), a fim de identificar as construções que tenham se beneficiado dos rejeitos da mina de São Félix, para a adoção de medidas preventivas e remediáveis, que a comissão de acompanhamento julgar cabíveis;

5.5) projeto paisagístico para a cratera, de modo a integrá-la harmoniosamente com a paisagem do local e possibilitar a realização de visitar e outras utilidades que se mostrem viáveis, sendo dotado de sinalização e medidas de proteção;

5.6) reflorestamento da área com vegetação nativa, já que foi constatado esse outro grave dano, que é a ausência de recomposição da vegetação natural na área degradada pela mineração ou pela deposição dos rejeitos, em contraste com aquelas que não sofreram intervenção, nas quais se denota a vegetação nativa;

5.7) realização de monitoramento, cuja periodicidade será definida pela comissão de acompanhamento, de qualquer tipo de poluição (água, solo, ar etc), após sua implantação, mediante apresentação dos respectivos relatórios;

6) condenação da **SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS** ao pagamento das custas processuais e demais ônus da sucumbência.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

O Ministério Público do Estado da Bahia, às fls. 5.122-25, e o IBAMA, às fls. 5.130-34, ratificaram os memoriais apresentados pelo MPF em todos os seus termos. A ABEA, às fls. 5.137-5.148 (originais às fls. 5.153-5.166), após reiterar sua impugnação ao laudo pericial, que entende ser nulo, ratificou as manifestações dos Autores da demanda, pugnando pela total procedência da ação. Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda apresentou razões finais às fls. 5.168-79. Sustentou inicialmente ser a sua ilegitimidade passiva manifesta. No mérito, afirmou que o laudo pericial confirmou a inexistência de dano ambiental. Concluiu pugnando pela sua exclusão da lide e, subsidiariamente, pela improcedência do pedido em relação a ela.

Sama S/A Minerações Associadas, por sua vez, apresentou memoriais às fls. 5.181-5.221. Tratou de detalhar, em capítulos separados, cada ponto relevante para sua defesa, tendo chegado às seguintes conclusões: 1) se houver alguma responsabilidade ambiental a ser imputada nestes autos, ela tem que ser feita de forma solidária entre a Sama, a Saint Gobain e a Família Oliveira; 2) o objeto da presente ação civil pública se acha totalmente abrangido e absorvido pelo manto da prescrição; 3) não há nexo de causalidade entre os danos alegados pelos autores e as condutas da Sama, eis que toda a desorganização do sítio minerário objeto desta ação se deu por conta dos sucessores da titularidade da propriedade, quais sejam, os membros da Família Oliveira; 4) o laudo pericial desconstruiu por completo todas as alegações de poluição de solo, ar e água, cabendo lembrar que o ônus da prova foi invertido, e a Requerida provou que não procedem os argumentos dos Autores e de seus assistentes litisconsorciais; 5) não há qualquer possibilidade ou motivo para a condenação em indenização por dano moral coletivo, primeiro porque não existem os danos alegados pelos Autores, como demonstrou a perícia; segundo porque os Autores não fizeram comprovações que indiquem pela possibilidade deste tipo de condenação. Ao final, fez os seguintes requerimentos:

(...) À vista de todo exposto, e, principalmente, da prova pericial produzida nos autos, requer, se digne, V. Exa. Julgar totalmente improcedente a presente ação civil pública.

Em caso de eventual condenação, reitera-se o pedido de que o Grupo Saint Gobain (que explorou economicamente a mina nos anos 1950), bem como os membros da Família Oliveira (que continuou explorando os rejeitos minerários de forma desordenada), sejam condenados de forma solidária.

Neste ponto, insta ressaltar que se o Juízo entender que há danos ambientais e que estes danos devem sofrer algum tipo de reparação, não tem sentido que uma empresa do poderio mundial do Grupo Saint Gobain, que explorou diretamente a mina, seja excluído de qualquer tipo de condenação.

Os demais Réus deixaram o prazo para alegações finais transcorrer *in albis*.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

FUNDAMENTAÇÃO

1. **Ampliação do polo passivo:** a exemplo do observado nos autos da ação civil pública 2009.33.07.000988-3, cuja sentença se encontra em cópia às fls. 5.228-5.308, vol. XXV, em que se cuidou dos aspectos da saúde resultantes da exploração do amianto, aqui a SAMA também insiste em algumas questões preliminares que, segundo ela, ou alargam a legitimidade passiva ou são obstativas do conhecimento do mérito da causa propriamente dito, como no caso da prescrição. Em razão disso, pela densidade factual que o feito ganhou, ponho-me novamente a revisitá-las, até porque o argumento que diz respeito à colegitimação passiva desta demanda tem sido reiteradamente rebatido pela Saint-Gobain Ltda, desde que foi reincluída na lide (fls. 3.359-3.363), em companhia dos herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira (fls. 3.375-3.380), por determinação do Relator do agravo de instrumento interposto pela SAMA, o qual, a seu turno, condicionou o efeito de sua decisão ao julgamento final após instrução probatória.

1.1. **Colegitimidade da Saint-Gobain do Brasil Ltda:** a SAMA funda sua convicção da colegitimidade no seguinte argumento:

Conforme atesta o contrato em anexo, datado de março de 1941, foi firmada cooperação técnica financeira e comercial entre as empresas Sociedade Anônima Tubos Brasilit (Brasilit) e Sociedade Anônima Mineração de Amianto (Sama), para exploração regular e eficiente da mina de amianto em questão. Por força de tal contrato, a 'Brasilit', até a data de 31.12.1950, abriria crédito em favor da 'Sama' em troca do suprimento de amianto a preços diferenciados, bem como, a 'Brasilit' teria o controle técnico, financeiro e comercial de todos os atos e operações da "Sama". Desta feita, verifica-se que, desde o efetivo início das atividades mineradoras no local indicado nos autos, que se deu desde 1943, até o final do ano de 1950, quem comandou as atividades de exploração de amianto foi a empresa Sociedade Anônima Tubos Brasilit (fls. 1.847, vol. X).

Há inteira razão na sustentação da SAMA.

Ingressando-se na sincronia do contrato, a relação entre as duas empresas revela-se claramente simbiótica, com a Brasilit enfronhando-se nas malhas exploratória do amianto, seja para se tornar preferencial no suprimento do amianto à medida que ele vai sendo produzido, seja para garantir vultoso empréstimo feito à SAMA, presa, a seu turno, em um bem travejado negócio jurídico a ponto de sujeitar-se à onipresença daquela na exploração, como se vê deste trecho clausular: *"Para perfeita regularidade da aplicação das cláusulas anteriores, será assegurado à Brasilit o mais completo controle técnico, financeiro e comercial de todos os atos e operações da SAMA, durante a vigência deste contrato"* (fls. 1.949, vol. X), que, a propósito, teve a seguinte duração: *"O prazo do presente contrato será de 10 (dez) anos, contados do dia primeiro de janeiro do corrente ano de 1941, terminando, assim, no dia trinta e um de dezembro de 1950"* (fls. 1948).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

A dilatada extensão dos poderes dados à Brasilit é ainda melhor aferida por esta disposição contratual: *“Além disso, a Brasilit poderá diretamente fiscalizar todas as operações da administração técnica, comercial e financeira da SAMA, por intermédio de funcionários de sua própria administração, devidamente acreditado[s] junto à SAMA, que se obriga a manter permanentemente à disposição, na sua sede central, como na sede de cada uma de suas minas, todos os livros, documentos e demais elementos necessários ao perfeito exercício de suas funções”* (fls. 1.950, sem destaque no original). Essa cláusula deixa em evidência a indissociabilidade do controle *intelectual* na exploração amiantífera, o que afasta qualquer contradição com a decisão da ilegitimidade reconhecida na ACP 2009.33.07.000988-3, relativa aos danos à saúde da população, seja em razão do avançado estado desta lide, adiante focalizado, seja pela ausência de gestão efetiva na interface laboral da atividade por parte da Brasilit.

Não para por aí a inextrincável cumplicidade entre as duas empresas. À medida que se avança no texto contratual, mais ela se mostra indiscutível, mesmo em termos de mercado interno do amianto no Brasil, como deixam celebrado: *“As duas sociedades se obrigam a empregar seus melhores esforços para desenvolver o mercado interno de amianto, pelo formato das indústrias do fibrocimento, da cartonagem e dos materiais de isolamento térmico no Brasil e se obrigam mais a consultar-se, mutuamente, antes de empreenderem, no Brasil, qualquer outra exploração das novas minas de amianto”* (fls. 1.950).

É bem verdade que a corresponsabilidade por dano ambiental só mais recentemente ganhou tratamento teoricamente melhor elaborado, abrangente até do Estado quando se omite em fiscalizar (STJ, AgRg no REsp 1001780 / PR, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 04/10/2011; REsp 1071741 / SP, rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 16/12/2010), chegando mesmo a abarcar entidades que dão suporte financeiro externo às atividades, conforme o artigo 2º, § 4º, da Lei 11.105/05 (*“§ 4º As organizações públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, financiadoras ou patrocinadoras de atividades ou de projetos referidos no caput deste artigo devem exigir a apresentação de Certificado de Qualidade em Biossegurança, emitido pela CTNBio, sob pena de se tornarem corresponsáveis pelos eventuais efeitos decorrentes do descumprimento desta Lei ou de sua regulamentação”*).

A corresponsabilidade da Brasilit, contudo, não precisa buscar sua nitidez nos domínios legais e jurisprudenciais da atualidade porque o art. 159, do Código Civil de 1916, já dispunha: *“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano”*. Por essa regência legal, é adequada, no caso dos autos, a formação litisconsorcial com base na solidariedade passiva. Não litisconsórcio passivo necessário, pois, conforme já assentado reiteradas vezes pelo Superior Tribunal de Justiça, na agressão ao meio ambiente, por ser a responsabilidade *“solidária”* (REsp 604.725/PR, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 22.8.2005, p. 202), o *“litisconsórcio [é] facultativo”* (REsp 884.150/MT, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 7.8.2008), uma vez que, mesmo havendo *“múltiplos agentes poluidores, não existe obrigatoriedade na formação do*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

litisconsórcio", abrindo-se ao autor a possibilidade de "*demandar de qualquer um deles, isoladamente ou em conjunto, pelo todo*" (REsp 880.160/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 27.5.2010)¹.

A essa altura da lide, todavia, como já acenado linhas atrás, sendo reconhecida a solidariedade, o litisconsórcio, mesmo sendo facultativo, não pode mais ser desarticulado, como a princípio este Juiz tentou fazer, para não delongar a tramitação do feito². Se não houvesse corresponsabilidade alguma, o caso seria agora de julgamento de improcedência. Mas as entranhas expostas da coparticipação da Brasilit (Saint-Gobain) fazem igualmente incidir sobre ela o juízo positivo da pretensão, sem lugar para arguição de nulidade, uma vez que jamais lhe foi subtraída qualquer ocasião de acompanhar todas as fases e incidentes do processo; ao contrário, teve inteira oportunidade para dilatado desempenho, como se vê da seguinte recopilação: contestou o feito (fls. 2.406-2.437, vol. XII), participou da instrução probatória indicando provas documental, oral e pericial (fls. 3.490-3.496, vol. XVI), ocasião em que apresentou quesitos, vindo posteriormente a indicar assistente técnico para acompanhar a perícia (fls. 3.877, vol. XVIII), agravou da decisão que indeferiu tomada de depoimento de corréus (fls. 3.914-3.915, vol. XVIII), manifestou-se sobre o cronograma inicial de trabalho apresentado pelo Perito do Juízo, ocasião em que formulou novos quesitos (fls. 4.053-4, vol. XIX), pronunciou-se sobre a polêmica nascida da impugnação da ABEA ao laboratório Projecontrol (fls. 4.392, vol. XX), teve seus quesitos, inclusive complementares, respondidos pelo Perito (fls. 4.685-4.695, vol. XXII), manifestou-se longamente sobre o laudo (fls. 4.813-4.831, vol. XXII), disse não haver necessidade de realização de audiência para ouvir o Perito (fls. 5.023-5.024, vol. XXIV) e, por último, apresentou razões finais na forma de memorial (fls. 5.168-5.179, vol. XXIV).

Nesse panorama, não é por óbvio acertado, do ponto de vista processual, desfazer o litisconsórcio, como ensina Cândido Rangel Dinamarco: "*Pode até ser que a conveniência de aditar tenha sido sugerida pela própria contestação e, ao menos em casos onde não surja alguma razão poderosa a desaconselhar o aditamento, sua aceitação será compatível com o princípio econômico*"³. Mais à frente, ele reafirma: "*Se apesar de superado o momento-limite a intervenção for admitida e o processo caminhar, (...) essa é uma situação consumada em que a anulação será contraproducente*"⁴. No mesmo sentido, a inteligência do Superior

¹ V. tb.: AgRg no AREsp 224.572/MS, rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 11/10/2013; REsp 880.160/RJ, rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 27/5/2010; REsp 771.619/RR, rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 16/12/2008, DJe 11/2/2009; REsp 1.060.653/SP, 1ª Turma, rel. Min. Francisco Falcão, DJe de 20.10.2008; REsp 884.150/MT, 1ª Turma, rel. Min. Luiz Fux, DJe de 7.8.2008; REsp 604.725/PR, 2ª Turma, rel. Min. Castro Meira, DJ de 22.8.2005.

² "O litisconsórcio superveniente inadmitido impõe, quanto aos litisconsortes, a extinção do processo, porquanto o desmembramento e redistribuição dos autos implicariam em violação aos princípios da razoabilidade e da celeridade processuais, comprometendo o desenvolvimento regular da função jurisdicional e prejudicando o exercício da ação ou da defesa" (STJ, REsp 796064 / RJ, rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, j. 22/10/2008).

³ Litisconsórcio. São Paulo: RT, 1986, p. 256.

⁴ Op. cit., p. 267.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Tribunal de Justiça, pelo que se lê do REsp 843978 / SP, rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, j. 21/09/2010.

A litisconsorcialidade da Saint-Gobain do Brasil, por ser corresponsável solidária pelos efeitos danosos ao meio ambiente discutidos nesta causa, deve, por consequência, ser mantida, submetendo-se ela aos destinos impostos à Corrê SAMA.

1.2. Manifesta ilegitimidade passiva dos herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira e Izaura Maria da Silva Oliveira: a insistência de sua inclusão é uma daquelas manobras para a qual já alertava Dinamarco: “(...) *em outros [casos de chamamento ao processo] que costumam ocorrer na prática, sente-se que chega a ser irracional a pretensão de obter a citação de terceiro, pois na maioria das vezes ela não seria apta a trazer vantagem alguma ao réu (salvo a delonga inerente ao incidente criado, que não é vantagem lícita e, como é óbvio, não lhe confere interesse para a postulação)*”⁵.

Note-se: a SAMA passou 27 anos explorando a mina em escala industrial, submetendo homens, mulheres e crianças às aluviões de poeira diária. Quando a atividade deixou de ter viabilidade econômica, desinteressou-se dela, fez o fechamento jurídico para fins da legislação, deixando para trás os rescaldos expostos de sua atividade. Aí é que, em 1971, já instalada em Goiás, diante do interesse de Manoel Cândido de Oliveira, seu ex-empregado (fls. 302-305, vol. II, e fls. 3.657, depoimento testemunhal), vendeu a ele o domínio do imóvel. Contudo, animada do mesmo propósito egoisticamente economicista que guiara suas ações exploratórias por quase três décadas, quis permanecer no controle de eventual lucro e só por isso fez constar cláusula contratual impondo ao comprador

reservar a casa de hospedagem da mina para uso da vendedora, na hipótese das áreas ora vendidas virem a revelar em qualquer tempo a existência de reservas minerais exploráveis e, desde que terceiros detenham a prioridade legal sobre a sua pesquisa e exploração, ficarão os compradores obrigados a destinar integralmente à vendedora a renda que aqueles vierem a pagar pela sua ocupação das áreas visadas, o dízimo de participação nos resultados de lavra, assegurando-se ainda à vendedora o direito de opinar previamente a respeito da renda a ser estabelecida (fls. 304, volume II).

A demonstração de que a SAMA, mesmo por essa época, exercia rigoroso controle, em proveito próprio, de qualquer exploração econômica da área, até quanto ao manejo de rejeitos de serpentinito que deixou para trás quando se foi para Goiás, prova-se pela autorização que ela formalmente dá, em 24 de novembro de 1975, a Manoel Cândido de Oliveira: “*Prezado Senhor, em resposta à consulta de V.Sa., vimos comunicar que autorizamos V.Sa. a retirar o rejeito atualmente*

⁵ Op.cit., p. 261. Com razão, o MPF salienta: “*Mais uma vez, a SAMA se vale do instituto do chamamento ao processo para ampliar indevidamente os limites da ação*” (fls. 5.092, vol. XXIV).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

depositado na área objeto da transação acima referida” (doc. de fls. 2.990, vol. XIV).

Dizer agora que os herdeiros do seu ex-empregado são corresponsáveis é, no mínimo, mostrar desconhecer a regra da vedação do comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*). Não passa despercebido que, por essa ocasião, já tinha ocorrido a renúncia de lavra, homologada, como informado na contestação, em 15.09.1972 (fls. 1.852, vol. X). Ou seja, estava ela agindo, nessa ocasião, à sombra de situação ilícita, fazendo crer diferente a seu ex-empregado, para não mencionar que o DNPM informou expressamente a este Juízo nunca ter havido concessão de lavra em favor de Manoel Cândido de Oliveira (fls. 3.765, vol. XVII). Mesmo a suposta nota fiscal em nome dele, juntada pela SAMA (fls. 3.510, vol. XVI), não apresenta pertinência probante, pois a Receita Federal presume ser inidônea e não autêntica (fls. 3.804, vol. XVII).

Nesse chamamento, está-se, portanto, diante de rematado absurdo, talhado de caso pensado para procrastinar o andamento do feito através da dilatação de sua dimensão subjetiva passiva, o que é ratificado pelo comportamento pré-processual dessa Ré nas tratativas para firmar TAC com o Ministério Público Estadual, nas quais não menciona corresponsabilidade alguma dessas pessoas físicas (fls. 558-9; 588-594; 672-676; 677-679).

2. Prescrição no dano ambiental coletivo (item III, b, da Contestação da SAMA): no terreno jusambiental, essa preliminar de mérito tem notas próprias que afastam sua ocorrência nesta demanda. A primeira delas diz respeito à *actio nata*, que imuniza a pretensão contra os efeitos do decurso temporal. Recordem-se seus contornos conceituais, na lição de Caio Mário da Silva Pereira, a partir do Direito Civil, *litteratim*:

A doutrina alemã dá-nos uma palavra e uma regra: inicia o prazo de prescrição, como de decadência, ao mesmo tempo que nasce para alguém uma pretensão acionável (Anspruch), ou seja, no momento em que o sujeito pode, pela ação, exercer o direito contra quem assuma situação contrária, já que actio nondum nata non praescribitur⁶.

Por ela se fica sabendo que se a pretensão nasce somente a partir de um ponto anterior ao qual ela não poderia ser exercitada, a contagem prescricional não é tida como iniciada previamente. Nas palavras mais adequadas de Orlando Gomes: “A regra intuitiva é de que seu início coincide com o instante em que a pretensão pode ser exercida – actio nondum natae non praescribitur⁷”. Cuida-se de regra de larga aceitação jurisprudencial⁸.

⁶ *Instituições de Direito Civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, p. 483.

⁷ *Introdução ao Direito Civil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, item 296. Cogitações nesse sentido têm sido afluídas no âmbito da *common law* estadunidense: “An especially high number of cases may be barred by relevant statutes of limitations in the environmental field because environmental harms tend to be latent or



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Exemplo trivial torna essa aplicação mais esclarecedora: suponha-se que alguém tenha sido demitido do serviço público e ato contínuo a isso venha a se tornar réu em ação criminal pelos mesmos fatos. O trâmite do processo penal impede o nascimento do termo inicial para invalidar o ato administrativo, em razão da maior amplitude da persecução delitiva. Incide, então, a *actio nata*, que afasta a contagem da prescrição antes do trânsito em julgado da sentença criminal, como já decidiu, em caso similar, o Superior Tribunal de Justiça: “*Em observância ao princípio da actio nata, apenas com o trânsito em julgado da sentença criminal surgiu a pretensão do agravado de postular a invalidação do ato administrativo que o excluiu da polícia militar, pelo que não há falar em prescrição no caso*” (AgRg no Ag 1350792 / GO, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima).

Na lesão ambiental, age-se com o mesmo raciocínio, já que os efeitos dela se projetam recorrentemente no tempo. Forçoso concluir, nessa linha de compreensão, que o entendimento que rejeita o transcurso prescricional encontra acomodação no velocino constitucional, já que quando o Texto Magno diz, acerca do meio ambiente, sobre “*o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*”, só pode ser interpretado como a possibilidade imanente ao Direito Ambiental de intervir a qualquer instante no que pode ser chamado de **recursividade**. Melhor explicando este conceito a partir de abordagem linguística: assim como sequências numéricas podem ser indefinidamente continuadas, já que se pode sempre adicionar “mais um”, também é possível criar novas estruturas sintáticas pelo acréscimo de dados linguísticos a uma estrutura dada⁹. Ocorre aí o que se conhece como propriedade da infinitude discreta, segundo a qual não há limites previamente estabelecidos para o número de elementos que uma sentença linguística ou uma sequência numérica possa conter.

Reitere-se: dá-se o mesmo na degradação e no dano ambientais, como se pode inferir do conceito de Natureza dado no prisma filosófico por Deleuze e Guattari: “*The plane of consistency of Nature is like an immense Abstract Machine, abstract yet real and individual; its pieces are the various assemblages and*

*especially difficult to discover.*²¹ In such cases, the continuing violations doctrine may sometimes offer a means of subjecting the violator to legal sanction” (LIN, Albert C. Application of the Continuing Violations Doctrine to Environmental Law. *Ecology Law Quarterly*, vol. 23, september, 1996, p. 729). Todavia, grandes corporações de exploração do amianto e companhias de seguro, naquele país, fomentaram, com sucesso, a instituição de leis e regulações restritivas de lapsos temporais e do alcance das ações ressarcitórias, além de promoverem intimidação jurídica de médicos-pesquisadores decididos a legítimas investigações científicas, como se vê de Barry Castleman: *Asbestos: Medical and Legal Aspects*. 5. ed. New York: Aspen Publishers, 2005, cap. 3, esp. p. 138-140. É o que igualmente afirma por aqui ter-lhe acontecido o conceituado médico sanitário e pesquisador brasileiro Hermano Albuquerque de Castro (disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/03/06/o-uso-do-amianto-no-brasil-a-ciencia-nao-evolui-no-banco-dos-reus-mas-no-debate-academico-entrevista-com-hermano-albuquerque-de-castro/>).

⁸ Como se vê, entre outros, dos seguintes julgados do STF: RE 93.856-7, rel. Min. Aldir Passarinho, e RE 84.697, rel. Min. Leito de Abreu. STJ: REsp 898.496/DF, rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJ de 14/04/2008; AgRg no Ag 1350792/GO, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 14/12/2010, DJe 02/02/2011.

⁹ HAUSER, Mark; CHOMSKY, Noam; FITCH, Tecumseh. The faculty of language: What is it, who has it, and how did it evolve? *Science*, v. 298, p. 1569-1579, 2002.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

*individuals, each of which groups together an infinity of particles entering into an infinity of more or less interconnected relations*¹⁰.

Essas íntimas e infinitas interconexões, quando há lesão, produzem vulnerabilidade ecológico-ambiental que se protraí imprevisivelmente, em razão da existência de variáveis de difícil controle. Tome-se o exemplo dos autos: mesmo com todas as medidas a ser doravante cautelosamente adotadas por equipe multidisciplinar, não se pode garantir que não mais sucedam danos nem que cessem os efeitos dos já causados, que constituem o que é chamado de “*dano residual (= degradação ambiental que subsiste, não obstante todos os esforços de restauração)*” (STJ, REsp 1180078/MG, rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 28/02/2012). Isso faz alertar para o fato de que “*the long-term nature of environmental change may mean that potential future vulnerability is equally as important as present vulnerability*”¹¹. A busca pela redução da vulnerabilidade à ameaça, o que inclui ações educativas da população para que conviva com ela, não significa, então, a pretensão de controlá-la completamente.

Por consequência, pelo caráter recursivo dessa infinitude lesiva, qualquer intervenção a todo tempo fica forrada aos efeitos prescricionais.

Em linha de argumentação diversa, mas com resultado similar, Rubens Morato Leite conclui que, na seara da proteção ambiental, “*inexiste prazo prescricional*”, tendo em atenção que, “*como é sabido, a prescrição destina-se apenas à pessoa individualizável, titular de um direito, pela sua inércia na falta de exercício desse direito*”. Acresce que, apoiando-se em Nelson Nery Júnior e Rosa Maria B. B. de Andrade Nery, “*como os direitos difusos não têm titular determinável, não seria correto transportar-se para o sistema individualístico do Código Civil*”¹². A orientação jurisprudencial afina-se com esse entendimento: “*Não se pode aplicar entendimento adotado em ação de direitos patrimoniais em ação que visa à proteção do meio ambiente, cujos efeitos danosos se perpetuam no tempo. Tratando-se de direito difuso – proteção ao meio ambiente – a ação é imprescritível.*” (STJ, Ag. Reg. no REsp. 1.150.479, Segunda Turma, rel. Min. Humberto Martins, j. 04/10/2011).

Mesmo os danos morais correlativos não se consideram prescritos, deixou igualmente claro a mesma Corte:

Considera-se como termo a quo da contagem do prazo prescricional quinquenal previsto no art. 27 do CDC, para ajuizamento de ação de reparação de dano moral decorrente de prejuízos à saúde advindos

¹⁰ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. London: Continuum, 2004, p. 280. Tradução nossa: “O plano de consistência da Natureza é como uma imensa Máquina Abstrata; abstrata, no entanto, real e individual; suas peças são os vários indivíduos e montagens, cada um dos quais agrupa consigo uma infinidade de partículas que entram numa infinidade de relações mais ou menos interconectadas”.

¹¹ *Global environment outlook 3: past, present and future perspectives*. United Nations Environmental Programme – UNEP, 2002, p. 314. Tradução nossa: “A natureza de longa duração da mudança ambiental pode significar que a vulnerabilidade futura é igualmente tão importante quanto a atual”.

¹² MORATO LEITE, José R. Responsabilidade civil, meio ambiente e ação coletiva ambiental. In: BENJAMIN, Antônio Herman V. (Org.). *Dano ambiental: prevenção, repressão, reparação*. São Paulo: RT, 1993, p. 291.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

do acidente ambiental, a data da ciência inequívoca pelo autor de que a doença diagnosticada (câncer) decorreu da contaminação do solo e do lençol freático por produtos químicos lançados pela ré. A notificação pública da poluição ambiental não pode ser considerada como termo inicial da contagem do referido prazo prescricional, porquanto os efeitos nocivos à saúde da população não surgiram imediatamente a ela, mas nos anos subsequentes. Precedentes: REsp 1.354.348/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão; REsp 346.489/RS, Terceira Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva” (AgRg no AgRg no AREsp 608324 / RS, rel. Min. Raul Araújo, j. 05/05/2016).

A arguição, portanto, não tem lastro jurídico-constitucional.

3. Mérito

A demanda, com a nitidez dada pela instrução probatória, compatibiliza-se com juízo de inteira procedência.

A perícia, sobretudo no que entende com os achados, ampara sobremodo o julgamento de pertinência dos pedidos deduzidos na inicial e merece, por isso mesmo, análise com mais vagar sobre sua composição, dada sua função de eixo probante da causa, sendo-lhe anclares as demais provas produzidas.

3.1. **Laudo pericial:** sobre ele, à exceção dos herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira, que nem mesmo apresentaram quesitos (fls. 4.012), todos os demais se manifestaram, apesar de o comportamento processual do IBAMA a esse respeito não ter estado à altura da importância do feito.

3.1.1. Essa autarquia requereu sua intervenção no feito como assistente (fls. 2.632), a que sobreveio deferimento (fls. 2.937-2.940). Após apresentação do laudo, foi-lhe dada vista para se manifestar e ela peticionou requerendo mais 15 (quinze) dias, *“considerando a complexidade da demanda, o volume documental a ser analisado e a necessidade de tramitação interna”* (fls. 4.881, volume XXIII). Seguiu-se a seu requerimento decisão deferitória (fls. 4.890), o que naturalmente tomou como sincera a justificativa apresentada, tendo em vista que se a demanda aglutinou atenções processuais e extraprocessuais, para além até das fronteiras nacionais, tendo sido cadastrado como de relevância nacional pelo STJ, o IBAMA, com sua notória função no exercício de atribuição ambiental, não se furtaria de intervir com toda a gama de poderes que lhe são legalmente outorgados. Contudo, ao final do prazo assinado, a Procuradoria, que representa processualmente a autarquia, alegou que esta dissera não ter disponibilidade de equipe para fazer análise técnica do laudo. Acresceu ainda que ***“não sendo atribuição do Procurador Federal, membro da Advocacia Geral da União – área técnica jurídica – emitir parecer ou impugnação de laudo pericial técnico, ressaltando a complexidade dos elementos carreados no documento pericial, não é possível a apresentação de manifestação sobre a perícia judicial que foi juntada aos autos”*** (fls. 4.900, vol. XXIII, com destaque no original).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Ambos os órgãos foram omissos nesse particular. O IBAMA, como autarquia federal, porque sua função legal não se compatibiliza com esse tipo de inércia, mesmo achando pronta e acabada a ação civil pública, para a qual não colaborou, tendo-se mostrado, ao contrário, cômodo a ele esperar que o Ministério Público chamasse a si esse ônus investigatório, o qual se viu na necessidade de fazê-lo pelo descaso de certos órgãos ao longo de tantos anos durante os quais se sabia que naquela região havia nevralias ambientais provocadas pela exploração do amianto. Se de fato a autarquia se pusesse a cumprir seu papel constitucional e legal, poderia ter pensado ela própria em propor ação civil pública, para a qual tem legitimidade dada expressamente pela Lei 7.347/1985 (art. 5º, IV). Em vez disso, mesmo com a arena processual instalada, asilou-se em deliberada catatonia.

A Procuradoria, a seu turno, desatendeu a evidência, em primeiro lugar, de que ela mesma formulara quesitos à perícia (fls. 4.018-19) e, em segundo, de que o laudo pericial, por via de consequência, comporta análise técnico-jurídica, sim, sobretudo quanto aos pedidos de recuperação de área degradada, mesmo porque o Perito foi peremptório em dizer ter havido danos ambientais (fls. 4.689). Basta ler as manifestações do MPF (fls. 4.740), Sama (fls. 4.750-4759) e ABEA (fls. 4.787-4.812) para se observar haver ali considerações de ordem eminentemente jurídica, para as quais todo Procurador Federal deve estar técnica e academicamente aparelhado para fazer. Se não houvesse essa possibilidade, por coerência com o que foi dito no prazo para falar sobre o laudo, além de se sentir desobrigada a formular quesitos, não deveria ter apresentado razões finais, tal como terminou por fazer, apesar de lacônicas.

3.2. Discussão de certa densidade foi a que envolveu o pedido de suspeição do perito, impugnação ao laboratório Projecontrol, nomeação de outro laboratório como auxiliar e nulidade da perícia feitos pela ABEA por mais de uma vez (fls. 4.058-4.064; 4.076-4.082; 4.397-4.401; 4.251-4.255). O MPF foi ouvido em cada uma dessas oportunidades (fls. 4.227-4.331; 4.296-4.302; 4.349-4.353; 4.382-4.383), pronunciando-se contra as impugnações em todas elas, finalmente rejeitadas sem recurso pelas decisões de fls. 4.071-4.072 (vol. XIX), 4.410-4.415 (vol. XX) e 5.028-5.029 (vol. XXIV).

Como a ABEA voltou à carga, nas alegações finais, sobre nulidade da perícia (fls. 5.153-5.166), convém focalizar novamente o assunto, além das razões já lançadas nas decisões referidas.

3.2.1. Se, por um lado, as discussões afloradas pela ABEA contribuíram em muito para a qualidade do debate processual e para dar mais nitidez à prova pericial, por outro, seu propósito anulatório e sua reserva contra o Perito não encontram objetividade probatória, ou mesmo indiciária, a começar do fato de que todo e qualquer laudo técnico que tenha objeto pesquisa científica não é, do ponto de vista do conteúdo, unidade monolítica, ou seja, ele tem uma parte inicial composta de fase exploratória, seguida de trabalhos de campo e, na sequência, de tratamento dos dados levantados, que deve cumprir rigorosamente parâmetros metodológicos de qualquer outro trabalho de pesquisa similar.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Nesse ponto, não há nada objetável ao trabalho pericial, já que nunca surgiu qualquer dúvida objetiva de que *Expert*, indicado pelo Colegiado do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo-USP (fls. 3.981), tenha fugido ao rigor do percurso investigatório existente na literatura de pesquisa científica. Basta nesse sentido ver o trajeto metodológico dos trabalhos de campo por ele enunciado às fls. 4.480-3: 1) os primeiros começaram entre 02 e 13 de outubro de 2013, quando se coletaram 5 amostras de água em 5 pontos distintos, encaminhados ao Laboratório Ecolabor Comercial Consultoria e Análises Ltda, com resultados apresentados em 29 de outubro de 2013; 2) na mesma ocasião coletaram-se amostras de rocha para caracterização mineralógica e petrográfica; 3) entre 14 e 16 de outubro de 2014, foram realizadas coletas de amostras de rochas complementares para estudos mineralógicos e petrográficos, além de mais 4 amostras de água coincidentes com a primeira amostragem, não se perfazendo o total de 5 porque o açude da SAMA estava seco nessa oportunidade; 4) essas amostras foram remetidas para análises complementares de cátions e ânions nos laboratórios do Centro de Pesquisa de Águas Subterrâneas-CEPAS, da USP, tendo os resultados sido apresentados em 15 de dezembro de 2014; 5) entre 24 e 26 de julho de 2015, realizaram-se os trabalhos de coleta de fibras no ar, sob o sistema *double check* (laboratórios Projecontrol e SGS-Environ), em duas etapas de condições climáticas distintas, determinado por este Juízo a partir de questionamento feito pela ABEA em relação à confiabilidade do laboratório Projecontrol, sendo que 7 amostras foram coletadas para contagem total de fibras no ar, enquanto 3 outras foram destinadas para análise de fibra de asbestos; 6) as recolhas de fibras no ar foram enviadas aos Estados Unidos da América, onde foram analisadas pelos Laboratórios do Professor Doutor Thomas A Kubic (*Thomas A Kubic and Associates – Northport, NY/USA*) e do Professor Doutor Robert P. Nolan (*President IERF – International Environmental Research Foundation NY/USA*), e também aos laboratórios da Eurofins Hygiène du Bâtiment, sob a responsabilidade de Dr. Pascal Haller, em Saverne, na França (fls. 4.625, vol. XXI); 7) no período compreendido entre 10 e 13 de dezembro operou-se a segunda etapa de coleta de fibras no ar no mesmo sistema *double check*, tendo sido 3 cassetes amostrais igualmente remetidos para os já citados laboratórios norte-americanos.

De todas idas a campo, pelo Perito, as partes e os intervenientes foram previamente intimados quanto a dia, horário e local e, se fizeram acompanhamento através de seus assistentes técnicos, jamais foi oposta qualquer reserva técnica ao ciclo inicial da composição do laudo – fundado em observações de fatos e fenômenos –, que se submete, nesse tipo de perícia, a usual método positivista, em que propriedades são mensuradas e certos padrões têm sua frequência medida objetivamente, mas não de forma linear, tendo por pressuposto que o profissional não trabalha de forma previamente unidimensional, mas sim através de recorrências teóricas e testagens e retestagens práticas, não deixando de proceder ao cotejo com casos similares, além de rever referenciais bibliográficos, o que constitui a segunda parte da elaboração do laudo, ao lado das hipóteses, sendo que nestas últimas residem muitas vezes as dissensões. Eis porque, a propósito, numa perícia de complexidade como essa dos autos, o tempo não possa ser exíguo a fim de permitir que os fatos sejam perscrutados com argúcia investigatória, uma vez que, como bem



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

destacam Raggi e Moraes, “na elaboração do laudo, concentrar no que, efetivamente, provocou o dano material é tarefa que exige percepção e perspicácia por parte de quem executou a pesquisa”¹³.

Sendo assim, houve tempo a mancheias para que qualquer oposição pudesse ser feita aos trabalhos de campo e ao método neles empregado. Se, repita-se, não se opuseram seguras objeções teórico-metodológicas a essa primeira parte, que é o núcleo duro da peça pericial, não se pode agora pretender o conseqüente de sua invalidade integral, ainda mais que, no que diz respeito ao que escapou à sua estrita competência técnica, o Perito teve honestidade intelectual de fazer prudente ressalva de não pretender ser categórico. Com efeito, foi nessa linha quanto aos aspectos epidemiológicos da exploração do amianto, quando declarou que a discussão pertence aos domínios da Medicina, “na qual este perito não está habilitado” (fls. 4.556). Do mesmo modo, ao ser indagado sobre questões e provisões estritamente ambientais, quando preferiu recomendar perito da área para dizer de aspectos específicos para além da detecção mais geral que pôde fazer (fls. 4.657, 4.643, 4.682, 4.906, 4.915 e 4.925).

Deve-se ter em mente que a peculiaridade do laudo pericial de natureza ambiental/ecológica, no âmbito de processo judicial, é que, como há litígio instalado, geralmente se questiona qual ou quais medidas a ser cominadas como as mais adequadas. Nesse ponto é que entra o gradiente valorativo do Perito na formulação de hipóteses, não necessariamente o melhor em termos de legislação ou de interpretação, porquanto aqui já não é exigível conferência cartesiana de suas proposições.

3.2.2. Ilustram bastante essa morfologia na composição do laudo os dados coletados pelo Perito do Juiz relativos às fibras de asbestos no ar e o confronto deles com sua subsequente valoração quanto às medidas profiláticas e de proteção a ser implantadas. Assim é que, às fls. 4.555-4.556, ele esclarece, fazendo bom uso de suportes bibliográficos e de cotejo de casos, que a Organização Mundial de Saúde estabeleceu que o limiar de concentração de fibras de asbestos no ar varia de 0,001 a 0,001 f/ml. Adita que Nolan & Langer (2001) fixaram limites de fundo, nos EUA, inferiores a 0,0012 f/ml, ao passo que o limite legal naquele país para fibras de asbestos no ar é de 0,1 f/ml, enquanto no Brasil só se tem o da legislação da área ocupacional, que é de 2,0 f/ml. Nessa exposição, exemplificou com o colapso das chamadas Torres Gêmeas (*World Trade Center*) nos EUA, em 11 de setembro de 2001, que gerou largas quantidades de poeira de asbesto no ar, responsáveis por fazer a concentração inicial alcançar 50 f/ml, conquanto o monitoramento sucessivo ao longo do tempo tenha indicado que esse limite foi sendo progressivamente reduzido, até chegar a 0,00021 f/ml em 31 de outubro de 2001, consolidando-se depois em 0,0004 f/ml, o que demonstraria a capacidade dispersante do ambiente atmosférico, desde que cessada a produção da poeira.

¹³ RAGGI, Jorge Pereira; MORAES, Angelina Maria Lanna. *Perícias ambientais: solução de controvérsias e estudo de casos*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005, p. 13.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Esses dados comparativos fundamentam em seguida sua inferência quanto às medidas ambientais a ser impostas, que, a propósito, foram objeto de concordância na manifestação dos Assistentes Técnicos do MPF (fls. 5.037-5.041, vol. XXIV). Contudo, e aqui assoma a pertinência parcial das objeções da ABEA, não se pode negar ter havido refração da melhor hermenêutica, tanto por parte do Perito quanto dos ditos Assistentes Técnicos do MPF, em relação aos objetivos constitucionais, os quais, como dito na decisão de fls. 5.028 (vol. XXIV), quando se preservou o laudo da acusação de nulidade, dependem mais, na verdade, de melhor ângulo exegético em que se aloca o intérprete na avaliação de cada uma das situações objeto da investigação pericial, o que será feito a seguir, em relação a certos casos, com o contraste da interpretação judicial.

3.2.3. **Fibras totais no ar:** o Perito, ao apresentar os dados, relatou que os exames feitos pela SGS-Environ, pelo método NIOSH 7400, nada detectaram no limite de 0,01 f/ml, *“sendo todas as análises abaixo desse limite para fibras de minerais de asbestos”* (fls. 4.638). Já as análises feitas pelo laboratório Projecontrol, de outubro de 2013 a dezembro de 2015, mostraram resultados sempre inferiores a 0,1 f/ml. Em razão disso, o Perito assinalou: *“mesmo considerando que dentro das concentrações de fibras totais exista alguma fibra de asbesto (o que, ressalte-se, não se confirmou nas análises por microscopia eletrônica de varredura e de transmissão), ainda assim estas seriam muito inferiores à concentração de 0,014 f/ml”* (fls. 4.639).

Nenhuma ressalva pode ser feita em relação a essas suas conclusões ancoradas em dados objetivos.

3.2.4. **Rejeitos de amianto:** em relação ao que é denominado rejeito – que, na definição pericial, é *“todo e qualquer material rochoso proveniente da mina, independente de ter sido considerado estéril ou rejeito de beneficiamento”* (fls. 4.589) –, as pilhas, segundo ele, devem ser objeto de sinalização com placas de advertência, e não de remoção, em razão de esta poder trazer *“riscos de emissão de grandes quantidades de poeira”* (fls. 4.642. Tb.: fls. 4.668-69, vol. XXII).

É bom situar que os rejeitos estão dispostos desordenadamente pela área da antiga fazenda, como bem constatou o IBAMA: *“rejeitos são encontrados no entorno de toda a área vistoriada da propriedade, não só na área lavrada, e distribuídos aleatoriamente”* (fls. 568, vol. III). No mesmo sentido, relatou a Fundação José Silveira na minuciosa vistoria a que procedeu no local: *“As pilhas de rejeito – serpentinitos – são visíveis em diversos locais da Fazenda, no geral mostrando aspecto de que o material foi movimentado, encostas instáveis, denotando um descaso à conformação topográfica e recuperação da cobertura vegetal”* (fls. 1.253, vol. VII).

A solução logística do Perito, quanto a essa configuração da distribuição espacial das pilhas de rejeito, é dada no seguinte trecho: *“Não haverá risco se o material contendo amianto não for manipulado de forma a produzir poeira”*, devendo-se *“proibir por completo sua retirada, manipulação, corte,*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

quebra, serragem, britagem e moagem”, sendo que a “situação presente é de estabilidade do material, e sua permanência estabilizada a todo esse tempo deu condições de baixíssimo conteúdo de poeira no ar” (fls. 4.676, vol. XXII).

Ainda segundo ele, *“a recomposição deve se ater principalmente às pilhas de rejeitos e/ou material estéril, incluindo a pista de pouso. Quanto à movimentação para nova acomodação dessas pilhas, “quer seja para abater os taludes, quer seja para possibilitar o trânsito de material e máquinas em sua execução e assim permitir o melhor desenvolvimento da revegetação, deve ser precedida e acompanhada de umidificação deste material, utilizando-se para isso a água da cava e caminhões pipa com aspersores/pingadores, impedindo assim a emissão de poeira com fibras” (fls. 4.643, vol. XXI). Por último, alvitra que se execute a deposição das pilhas de rejeitos seguindo-se “recomposição ou incremento da vegetação, de acordo com o Plano de Reabilitação da Área a ser elaborado” (fls. 4.913, vol. XXIII).*

Na mesma direção tinha ido antes dele a Fundação José Silveira quanto à intervenção a ser feita nesse particular ao recomendar *“cobertura com solo orgânico e revegetação com plantas nativas da região” (fls. 1.262, vol. VII). Mais à frente, voltou ao tema: “Estudar previamente e promover a conformação do relevo, de forma adequada e segura, com a total cobertura através de solo emprestado, envolvendo todo o material produzido e então titulado como rejeito, em toda a amplitude do imóvel que se constatar tal necessidade” (fls. 1.267, vol. VII)*

Essa solução, apesar da resistência da ABEA, mostra ter bom lastro técnico, devendo ser acolhida, mas com comando sentencial alternativo que permita outra forma de disposição dos rejeitos se, nos estudos *in loco* pela equipe pericial multidisciplinar a ser nomeada, se apresentar mais adequada.

3.2.5. Rejeitos aplicados em construções privadas e públicas: no que toca à abordagem pericial relativa ao uso de parte delas em construções públicas e privadas no Município de Bom Jesus da Serra, assim como na estrada que liga este Município ao de Poções, conforme identificado pela Fundação José Silveira de Medicina na citada avaliação realizada por solicitação do Ministério Público Estadual (fls. 1.216-1.287, vol. VII), deve-se lembrar que, por desinformação – causada pela ausência de qualquer política de advertência pública por parte das Rés, que não se preocuparam nem mesmo em cercar a cava, como constatou o Perito (fls. 4.666) – é que foram usados esses materiais (fls. 1.250-1.252, vol. VII).

Na sua resposta a quesito do MPF, o Perito do Juízo forneceu a seguinte abordagem: *“Não [ou seja, tal fato não trará prejuízos]. Entende-se que possa existir baixo risco potencial. Não existem evidências de que o uso deste material, agora fixado em obras, principalmente em alicerces, muitos deles recobertos com reboco de cimento, e ainda, naturalmente presente na região, tenha causado algum malefício à população quando in situ” (fls. 4.664, vol. XXII). De acordo com ele, na coleta de amostragens de fibras de ar, um dos pontos foi alocado a*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

menos de dois metros de casa cuja construção “*aparente[mente] é toda feita com esse material*” (fls. 4.664-5), mas o resultado “*não indicou qualquer presença de fibras de amianto nas amostras*” (fls. 4.665). Quanto à estrada, disse que parte dos rejeitos foi utilizada “*como lastro na pavimentação da rodovia, porém hoje recoberto pela emulsão asfáltica*” (ib.). Consignou a esse respeito que “*parece de certa forma um ganho ambiental, pelo uso alternativo do rejeito e/ou estéril e por estar esta camada ‘selada’ por asfalto*” (fls. 4.665).

Não passa despercebido que as medidas preconizadas pelo Perito foram secundadas pelos Assistentes Técnicos do MPF no parecer encontrável às fls. 5.037-5.041, em que gizaram, *ad litteram*: “*Consideram-se adequadas as sugestões do profissional com relação aos cuidados e medidas mitigatórias a serem adotados na guarda das áreas com rocha potencialmente hospedeira de amianto e em eventuais trabalhos de reabilitação do local, e de manuseio das rochas oriundas da área e fortuitamente utilizadas para fins diversos, como fundação de residências e pavimentação de vias*” (fls. 5.039).

Essa abordagem do Perito e dos Assistentes Técnicos do MPF, em relação às casas e estrada, traduz-se pelo que se conhece como *quieta non movere*, algo como “*não se mexe com o que está quieto*”¹⁴, que deveria, em realidade, ter sido aplicado quando a SAMA e a Saint-Gobain, sem os cuidados ambientais necessários, começaram a explorar amianto numa quadra histórica em que, na Europa e Estados Unidos, como longamente historiado na sentença da ACP 2009.33.07.000988-3 (fls. 5.228-5.308, vol. XXV), já havia alertas científicos sobre a alta potencialidade lesiva do mineral, que elas deliberadamente ignoraram, chegando a SAMA, agora já no terreno ocupacional, ao desatino de submeter trabalhadores a operar sem equipamentos de proteção mínima, como máscaras, como se vê do depoimento de Rosimira Rodrigues Alves, que começou a trabalhar na mina São Félix quando tinha 14 anos, tendo sofrido afecção pulmonar e perdido irmão e irmã, que ali também operavam, com câncer de laringe (fls. 3.675, vol. XVII).

Hoje, em vez dessa visão que emana do *quieta non movere*, o Direito Ambiental impõe o *restitutio in integrum*, que, quando não for inteiramente factível, como no presente caso, em que vidas foram ceifadas e saúdes comprometidas, que, pelo menos, em nome do princípio da precaução, se protejam os seres humanos que lá vivem sem saber exatamente do risco que correm.

O princípio da precaução não é uma daquelas anódinas abstrações teóricas algumas vezes encontráveis no discurso jurídico; ao contrário, trata-se de sinapse conceitual de cunho transdisciplinar e transversal, o que explica que aqui e ali se veem profissionais de outras áreas sustentando seus argumentos com base nele, como ilustrativamente se constata da intervenção, perante audiência

¹⁴ Que por isso mesmo tem papel útil ao réu, não ao autor, como assinala Posez no terreno do direito civil: “*Quieta non movere militat plutôt en faveur de l’excipiens que du demandeur à l’action*” (POSEZ, Alexis. L’élaboration prétorienne du régime de l’exception de nullité, ou l’éviction progressive des droits de la défense. *Revue de la Recherche Juridique - Droit prospectif*, Presses Universitaires d’Aix-Marseille, 2014, p. 1.354). É sintomático que o Assistente Técnico da Saint-Gobain tenha dito que “*a melhor solução é deixar o local do modo em que se encontra*” (fls. 4.842, vol. XXII).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

pública no Supremo Tribunal Federal para discutir o potencial danoso do amianto, de Jefferson Benedito Pires de Freitas, médico pneumologista e do trabalho, Mestre em saúde ambiental (FSP/USP): *“Alertamos que o princípio da precaução e a defesa da saúde pública devem ser utilizados em favor do banimento do amianto em todo o território nacional”*¹⁵.

Sobre o mesmo tema em outra oportunidade, o destacado médico Renê Mendes, Professor Assistente-Doutor da UNICAMP (1977-1991), Professor-Titular de Medicina Preventiva e Social da Universidade Federal de Minas Gerais (1991-1997) e Professor Associado Sênior da Escola de Saúde Pública da Johns Hopkins University (Baltimore, EUA, 1983-2014), assinalou: *“a aplicação do Princípio da Precaução coloca a necessidade de parar a produção e o manuseio”*¹⁶.

Deve-se ter em mente que a falta de enunciação textual deste princípio na Constituição não lhe retira este abrigo, que se acha embutido no art. 225, como mais de uma vez já deixou claro o Supremo Tribunal Federal (cf. Ação Cível Originária n. 876-O-BA, Pleno, rel. Min. Menezes Direito, j. 19.12.2008; ADPF 101-DF, rel. Min. Cármen Lúcia, j. 24/6/2009), que, em outra ocasião, lembrou que *“o Estado Brasileiro ratificou sua adesão ao Princípio da Precaução, ao assinar a Declaração do Rio, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92) e a Carta da Terra, no “Fórum Rio+5” (RE 835558 / SP, rel. Min. Luiz Fux, j. 09/02/2017). Por via de consequência, “com fulcro neste princípio fundamental de direito internacional ambiental, os povos devem estabelecer mecanismos de combate preventivos” (ib.).*

Sua aplicação aqui assoma inteiramente adequada porque o Perito deixa claro que há risco envolvido. Com efeito, quando diz que *“não haverá risco se o material contendo amianto não for manipulado de forma a produzir poeira”*, a contrario sensu termina por afirmar que *“haverá risco se o material contendo amianto for manipulado de forma a produzir poeira”*. Isso se reafirma em outra resposta que forneceu quando perguntado sobre se poderia assegurar, de forma peremptória, que não haverá movimentação de poeira e/ou fibras de amianto no ar decorrente da atuação dos ventos nas pilhas de rejeito: *“Não”* (fls. 4. 921).

Sem esforço percebe-se, por conseguinte, estar-se diante de grave violação ambiental. E, como adverte o STF no julgamento já citado, *“as graves infrações ambientais podem constituir, a um só tempo, graves violações de direitos humanos, máxime se considerarmos que o núcleo material elementar da dignidade humana ‘é composto do mínimo existencial, locução que identifica o conjunto de bens e utilidades básicas para a subsistência física e indispensável ao desfrute da própria liberdade. Aquém daquele patamar, ainda quando haja sobrevivência, não há dignidade”*.

O Perito do Juízo, nas medidas sugeridas, ora se volta ao passado para dizer que não tem notícia de dano causado pela disposição dos rejeitos

¹⁵

Disponível

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=ProcessosAudienciasPublicasAcocsAmianto>, p. 273

¹⁶ VIVEIROS DE CARVALHO, Cláudio. *Amianto*. Brasília: Câmara dos Deputados, março de 2009, p. 40.

em:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

ou por sua utilização em edificações (fls. 4.664, vol. XXII), conquanto isso confessadamente escape ao controle específico de sua formação técnica e acadêmica, ora, quando se reporta ao futuro, mostra ter horizonte muito limitado em achar suficiente que seja feito apenas monitoramento *“por um período de pelo menos mais cinco anos, em período de chuvas e estiagem para acompanhamento da qualidade do ar”* (fls. 4.916, vol. XXIII), ou ainda quando pretende que as casas edificadas com rejeitos extraídos da mina sofram inadmissível espécie de tombamento indireto, já que, a não se promover a demolição, elas ficariam sem poder ser modificadas, deixando de levar em consideração que podem ruir, assim como as pilhas de rejeito podem ser manuseadas décadas à frente por pessoas inadvertidas e a estrada que liga os dois Municípios pode sofrer desgastes erosivos que ponham a nu o material retirado da mina.

Enfim, nesse ponto, o *Expert*, sem embargo de seu respeitável tirocínio, atuou com acanhada perspectiva temporal, como se o problema se resolvesse por si só, embora ele próprio admita, mesmo que secundariamente, que *“deve-se tomar, entretanto, os devidos cuidados, conforme as normas aplicáveis em seu manuseio e retirada, ou quaisquer atividades que se produza intensiva poeira originada desses materiais”* (fls. 4.665). Quem deve tomar esse cuidado? As pessoas que nos próximos dias serão científicadas? As crianças e sua imprevisibilidade, como aconteceu com a notícia de que aquelas instaladas na creche do Município estavam enfiando os dedos nos orifícios surgidos nas alvenarias construídas com rejeitos de serpentinito? E as pessoas que estarão lá décadas à frente? Como se pode assegurar que por desassissado manuseio, ou mesmo desgaste ruinoso das edificações e da estrada, não venham elas a se submeter à poeira? Os próprios Assistentes do MPF admitem que esses materiais empregados em edificações possam se sujeitar a intemperismos *“quando da realização de reformas ou demolições”* (fls. 5.040, verso, vol. XXIV), convindo lembrar que estas últimas podem ocorrer naturalmente. Se o horizonte do Perito peca pelo pouco alcance, os Assistentes do MPF sacam mal as consequências do juízo de parecerça ou de probabilidade que fizeram em sua peça ao dizerem *“parece que os materiais”* e *“o mais provável é que tais materiais não se encontrem expostos”* (fls. 5.040, verso).

Nos riscos ambientais, aí incluídos aqueles à saúde, a existência de variáveis potencialmente lesivas tem que ser lida como eloquente convite à aplicação incondicional do princípio da precaução. Foi nessa dimensão que operou a Organização Mundial de Saúde ao pôr em relevo que o melhor meio de eliminar o surgimento de doenças relacionadas é cessando-se o uso de todo tipo de amianto¹⁷. Oportuno lembrar que a Diretiva 1999/77/CE, da Comissão das Comunidades Europeias, de 26 de Julho de 1999, que adaptou, pela sexta vez, o anexo I da Diretiva 76/769/CEE do Conselho, declarou que *“ainda não foi identificado o nível mínimo de exposição abaixo do qual o amianto crisotila não produz riscos cancerígenos”*.

¹⁷ Elimination of asbestos-related diseases. Geneva: World Health Organization, 2006. Available from: http://www.who.int/occupational_health/publications/asbestosrelateddiseases.pdf.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Mais alarmante é saber que o Perito identificou a presença até de tremolita nas rochas (fls. 4.600 e 4.631-4.633), um tipo de amianto altamente devastador, já proscrito há muito tempo de toda forma de exploração, inclusive pela legislação brasileira (Lei 9.055/1995). Por isso não pode ser tomada à conta de mero lapso a declaração da Eternit ao admitir que sua controlada SAMA explorara anfibólio¹⁸ em Bom Jesus da Serra (fls. 1.774, vol. IX).

A esse respeito, além de tudo que foi dito na sentença proferida na ACP 2009.33.07.000988-3 (fls. 5.228-5.308, vol. XXV), movida em relação à SAMA em benefício das pessoas afetadas pela exploração do amianto, o IBAMA, na sua Informação 048/2008/NUQUA, constante dos autos (fls. 563-578, vol. III), expôs que *“em estudos feitos em El Dorado, Califórnia (Germine, M; Trent, T; Abraham, J.L.; Puffer, J. 1997), em depósitos de tremolita, um dos pesquisadores expostos à fibra de tremolita recuperou-as em material expectorado na manhã seguinte, em um quadro de bronquite causado pela poeira no ar; lavado de laringe três meses depois mostrou alta concentração das fibras de tremolita em processo de oxidação/clivagem e desintegração com formação de fibras finas, sendo estas altamente eletrostáticas, sugerindo mecanismos de indução de resposta purulenta e um processo de carcinogênese oxidativo”* (fls. 570).

Com essa configuração dos fatos, dá-se aqui autêntico caso em que se deve aplicar o princípio *in dubio pro natura*, tendo em conta que *“toda a legislação de amparo dos sujeitos vulneráveis e dos interesses difusos e coletivos há sempre de ser compreendida da maneira que lhes seja mais proveitosa e melhor possa viabilizar, na perspectiva dos resultados práticos, a prestação jurisdicional”* (STJ, REsp 1.145.083/MG, rel. Min. Herman Benjamin, j. em 27.9.2011).

Deixar a sentença de tomar em consideração medidas mais efetivas seria negligenciar a responsabilidade intergeracional do direito ambiental, que colima a defesa do meio ambiente para as presentes e futuras gerações através de modelo de proteção constitucional em que não se focaliza somente o dano, mas igualmente sua prevenção. A disposição da Carta Magna não deixa margem a outra interpretação: *“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*.

Não é senão por causa dessa angulação de maior largueza da proteção ambiental que não se veda a sentença *ultra e extra petita*, ou seja, pode-se conceder para além mesmo do que foi deduzido, sem que isso agrida o princípio da correlação congruente entre pedido e decisão (STJ, REsp 1107219 / SP, rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, j. em 02/09/2010).

¹⁸ No grupo anfibólio estão *crocidolita* (asbesto azul), *amosita* (asbesto marrom), *antofilita*, *actinolita* e *tremolita*. Nesse sentido: SCLiar, C. *Amianto: Mineral Mágico ou Maldito? Ecologia Humana e Disputa Político-Econômica*. Belo Horizonte: CDI, 1998. Tb: MENDES, René. “Asbesto (amianto) e doença: revisão do conhecimento científico e fundamentação para uma urgente mudança da atual política brasileira sobre a questão”. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 17(1):7-29, jan-fev, 2001, p. 8; Viveiros de Carvalho, *op. cit.*, p. 5.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Nessa perspectiva, torna-se próprio da tutela judicial ambiental ostentar espectro de proteção maior que o usual, como ensina Marcelo Abelha:

por outro lado, se ainda não houve dano mas existe um estado potencial de sua ocorrência, é possível dividir essa fase em dois momentos: a) sem o dano, mas já ocorrido o ilícito; b) sem o dano, mas não ocorrido o ilícito. No caso a tem-se uma conduta antijurídica de ferimento do direito mas que ainda não causou dano (e pode nem vir a causar) e que deve ser debelada mediante uma tutela específica que reverta o ilícito e permita seja alcançado o mesmo resultado que se teria caso o dever positivo ou negativo fosse espontaneamente cumprido. No caso b nem o dano e nem o ilícito ocorreram, mas existe um estado potencial de ocorrência de um e/ou outro. Nessa situação, é possível o cumprimento da tutela específica que permita o alcance do cumprimento da conduta que se espera seja cumprida¹⁹.

Em casos com essa corporatura, toda a amplitude do Direito Ambiental deve ser por isso mesmo mobilizada, pois, como se sabe, a exposição ocupacional ou não à poeira ou à fibra amiantífera está associada a muitas doenças, como “fibrose pulmonar, ou ‘asbestose pulmonar’; fibrose pleural, ou ‘asbestose pleural’; placas pleurais, calcificadas ou não calcificadas; derrame pleural (benigno); câncer broncopulmonar; mesotelioma de pleura e de peritônio; câncer de laringe; cânceres do trato gastrintestinal, e outros”, chamava atenção, já em 1986, o citado professor René Mendes²⁰.

Não se pode perder de vista que, além dos vários casos identificados pelo Perito-Médico na ACP 2009.33.07.000988-3, já sentenciada (fls. 5.228-5.308, vol. XXV), vez por outra se ouvem ecos atuais dos danos provocados na saúde das pessoas que não só trabalhavam como circulavam próximos à mina. A esse respeito, exemplificativamente, o depoimento prestado em juízo pelo professor de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Paulo Gilvane Lopes Pena:

que se recorda que, cerca de quinze anos antes da visita que [em 2004] fez ao local [na região da mina em Bom Jesus da Serra], foi chamado para participar dos estudos clínicos em torno de um paciente que estava internado no Hospital das Clínicas; que se recorda que se tratava de um rapaz com pouco mais de vinte anos de idade, estudante de História; que o diagnóstico anatomopatológico foi fechado como se tratando de um caso de mesotelioma de pericárdio; que esta é uma patologia intrinsecamente associada à exposição ao amianto; que se trata de um câncer altamente agressivo; que chamou a sua atenção o fato de o paciente não ter histórico ocupacional vinculado à exposição ao amianto; que uma investigação mais aprofundada possibilitou saber que o paciente

¹⁹ ABELHA, Marcelo. *Ação civil pública e meio ambiente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 175-176.

²⁰ *Jornal de Pneumologia* 12(3): 189-197, p. 189.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

nasceu e cresceu na região de Poções, onde há uma mina de amianto, na qual o pai do paciente trabalhava e em cujas imediações o paciente costumava brincar, quando criança (fls. 3.470-3.472, vol. XVI).

É de igual relevância o já aludido depoimento prestado por Rosimira Rodrigues Alves, que começou a trabalhar na mina São Félix quando tinha 14 anos. Sofreu afecção pulmonar e relatou em Juízo que *“um irmão e uma irmã da depoente, que também trabalharam na empresa, tiveram câncer na garganta e na laringe, respectivamente; que ambos faleceram por conta da referida doença”* (fls. 3.675, vol. XVII).

No seu Relatório de Pesquisa, o IBAMA narra, baseando-se na informação da moradora Romilda Oliveira Santos, que *“todas as pessoas que teriam transitado a pé, durante cerca de trinta anos, pela estrada que liga os municípios de Poções e Bom Jesus da Serra (este último era distrito de Poções antes da emancipação), em menor ou maior grau se tornaram vítimas do contato com o amianto”* (fls. 568, vol. III). Nesse contexto, o Responsável Técnico da Fundação José Silveira recomendou, a título de intervenção, *“seleção e remoção e/ou substituição do rejeito aparente, utilizado nas ‘bermas’ da estrada Poções – Bom Jesus da Serra”* (fls. 1.268, vol. VII).

Sobre o tema deve ser dito que, em 8 de julho de 2014, o Comitê Econômico e Social Europeu decidiu, nos termos do artigo 29.º, n.º 2, do Regimento, elaborar parecer sobre o tema, denominado *“Eliminar o amianto na União Europeia”*, tendo sido os trabalhos incumbidos à Comissão Consultiva das Mutações Industriais (CIMI), que o emitiu em 28 de janeiro de 2015²¹, aprovado pelo Comitê por 162 votos a favor, 5 contra e 10 abstenções²². Convém transcrever algumas das conclusões e recomendações desse notável Parecer quanto à remoção do amianto das edificações:

6.1. | Existem demasiadas vítimas na Europa que sofrem de várias doenças relacionadas com o amianto. A maior parte destas doenças é de origem profissional, mas esse não é, de longe, o caso de todas elas. As donas de casa que lavavam a roupa de trabalho dos seus maridos ficaram também expostas às fibras de amianto, assim como os seus filhos²³. Uma campanha no Reino Unido descobriu que cerca

²¹Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014IE5005&from=PT>

²² Silva e Etulain chamam a atenção para o fato de que *“o veto da Comunidade Econômica Europeia, em 2005, alterou radicalmente o comércio internacional de amianto, que passou a gravitar em torno de países pobres, historicamente atrasados em todos os sentidos”* (SILVA, Ana Lucia Gonçalves da; ETULAIN, Carlos Raul. *Avaliação do impacto econômico da proibição do uso do amianto na construção civil no Brasil*. Campinas, agosto/2010, p. 30. Disponível em: <https://inverde.files.wordpress.com/2010/10/estudo-unicamp-impacto-economico-da-proibicao-do-amianto.pdf>.

²³ Nesse sentido: MONIZ, Marcela de Abreu; CASTRO, Hermano Albuquerque de; PERES, Frederico. Amianto, perigo e invisibilidade: percepção de riscos ambientais e à saúde de moradores do município de Bom Jesus da Serra/Bahia. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 327-336, Feb. 2012, p. 328. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000200007&lng=en&nrm=iso>. Access on 13 Aug. 2017. O Perito-Médico, no âmbito da ACP 2009.988-3, deteve-se também sobre o assunto em resposta a quesito do Juízo (fls. 3.494, vol. XV daqueles autos).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

de 80 % de todas as escolas ainda estão contaminadas com amianto. Esta situação pode facilmente criar uma nova geração de vítimas do amianto, tendo em conta, em especial, a investigação científica mais recente no que respeita aos níveis de exposição e períodos de latência e ao desenvolvimento de doenças. Além disso, também se provou que várias doenças relacionadas com o amianto podem ser causadas por doses muito baixas de exposição, associadas a um longo período de latência.

Não se mostra pertinente, pelo que se vê, a resistência oferecida pelos Assistentes Técnicos do MPF a essa medida interventiva: *“Não é do conhecimento dos signatários do presente laudo estudos científicos que comprovem a necessidade de desfazimento de residências ou via construídas a partir de rejeito ou estéril de jazida de amianto”* (fls. 5.040 e verso, vol. XXIV). Seu desconhecimento não pode ser tomado à conta de segura recomendação, mesmo porque não passa despercebido, quanto à viabilidade da demolição das casas e da remoção dos rejeitos da estrada, que o Perito do Juízo acenou com essa possibilidade operacional: *“A se pensar em demolições e obras eventuais futuras, por outros motivos tais como reformas, sugere-se que seja destinado um local para recebimento de material proveniente da mina e que tenha sido estabelecido para tal. Como sugestão, s.m.j, pode-se utilizar uma ou mais antigas cavas que não estejam com revegetação avançada”* (fls. 4.644, vol. XXI e fls. 4.913, vol. XXIII). Ressalvou apenas que *“deve-se tomar, entretanto, os devidos cuidados, conforme as normas aplicáveis em seu manuseio e retirada, ou quaisquer atividades que se produza intensiva poeira originada desses materiais”* (fls. 4.665, vol. XXII). Os próprios Assistentes Técnicos do MPF chegaram, em outro passo, a ratificar a exequibilidade operacional da empreitada demolitória ao declararem que *“caso sejam necessárias ou inevitáveis, são pertinentes medidas de mitigação como, por exemplo, a aspersão de água no local de maneira que não ocorra geração de poeira, além da utilização de máscara com filtro para proteção individual”* (5.040, verso, vol. XXIV).

O Parecer do Comitê Econômico e Social Europeu enfrentou também esse assunto de forma bastante elucidativa:

4.2. | Atualmente, a Polónia é o único país da UE que estabeleceu um programa nacional para a remoção de todo o amianto existente no país, estimado em 10 mil milhões de EUR, até 2030, com um calendário claro e o respectivo financiamento com recursos públicos (Estado, programas da UE) e privados (proprietários, associações territoriais, etc.). Este tipo de iniciativa deve ser lançado em todos os países da UE.

4.4. | No Reino Unido, está em curso campanha para remover o amianto de todas as escolas. Uma das razões para a campanha é o facto de os professores apresentarem a taxa mais elevada de mesotelioma no país.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Claro que esse tipo de operação requer cuidados, como se vê da informação da *United States Environmental Protection Agency* (EPA) – agência ambiental dos EUA que chega a ser citada como referência de credibilidade pelo Perito (fls. 4.562), secundado pelo Assistente Técnico da Saint-Gobain Ltda (fls. 4.841-4.842, vol. XXII) –, a qual publicou, em 2011, o “*Report No. 1 2-P-01 25, Early Warning Report: Use of Unapproved Asbestos Demolition Methods May Threaten Public Health*”, no âmbito do qual “*the inspector general recommended that the U.S. Environmental Protection Agency should immediately and clearly communicate National Emission Standards for Hazardous Air Pollutants and Occupational Safety and Health Administration requirements for the demolition of asbestos-containing structures to regional, program and field offices to prevent potentially hazardous asbestos exposure*”²⁴. Nesse Relatório, a EPA ressalva a necessidade de “*some training and health and safety requirements for persons working on and in the vicinity of demolition sites*”. Cita, como exemplo, que “*the Hanford Superfund Site, near Richland, Washington, is one location where the use of AACM-like methods has been allowed by EPA*”.

O fato, então, é que tais recomendações da agência ambiental americana demonstram a inequívoca praticabilidade operacional da demolição, que impõe ser implementada até por peculiaridade que cerca o processo civil: a imutabilidade e a indiscutibilidade da coisa julgada (art. 502, CPC). Caso se adotassem medidas menos interventivas, qualquer desdobramento agravante no futuro talvez encontrasse dificuldade em ser corrigido em nome dessa qualidade da sentença judicial transitada em julgado, que recebe “*diretamente, da própria Constituição, especial proteção destinada a preservar a inalterabilidade dos pronunciamentos emanados dos Juízes e Tribunais, criando, desse modo, situação de certeza, de estabilidade e de segurança para as relações jurídicas*” (STF, RE 634.667).

Sendo assim, embora se possa no futuro esperar a relativização da coisa julgada em sentenças ambientais transitadas em julgado, em nome do interesse maior em jogo, a exemplo do que acontece quanto à ação de investigação de paternidade em que não tenha ocorrido exame de DNA (STF, ARE 900521 AgR / MG e RE 363889 / DF), enquanto não se firme solidamente essa reconfiguração no terreno do direito processual ambiental, torna-se forçoso não esquecer que, se nas demandas individuais, um dos principais objetivos da coisa julgada é a estabilidade das relações entre os litigantes, num processo coletivo como este, uma das funções basilares é “*a eficácia social do julgado*”²⁵.

Em arremate: a remoção dos rejeitos – caso a equipe pericial multidisciplinar da fase de liquidação não desaconselhe a acomodação em cavas e posterior revegetação – e a demolição das casas, substituídas por outras, tudo a cargo da SAMA e Saint-Gobain, são medidas a ser necessariamente incluídas na execução,

²⁴ Disponível em: <https://www.epa.gov/sites/production/files/2015-10/documents/20111214-12-p-0125.pdf>

²⁵ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação civil pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores*. 11. ed. São Paulo: RT, 2009, p. 330.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

sem prejuízo de que outros aportes, que não invalidem essas cominações, possam figurar proveitosamente na conformação ambiental mais adequada naquela região.

3.2.6. **Água, cava e caldeirão:** outra questão que ocupa centralidade na demanda e na perícia diz respeito à contaminação ou não da água, sobretudo da cava oriunda da extração de rochas mineralizadas pela SAMA.

A Fundação José Silveira, em 2001, já tinha posto em destaque que

os valores dos cloretos, dos sólidos dissolvidos totais (bem refletidos nos valores para a condutividade elétrica) encontram-se acima dos padrões estabelecidos na referida Resolução para as classes de usos mais nobres. A presença de sólidos pode ser natural, através dos processos erosivos por ação da chuva, organismos e detritos, ou antropogênica, relacionada ao lançamento de lixo e esgotos. No caso, a análise conjunta dos resultados suprarreferidos indica que tal característica está relacionada com o lançamento de dejetos, fato corroborado pela presença de animais na área. No entanto, a água pode ser usada para consumo animal como se apresenta e para recreação e piscicultura, com tratamento para desinfecção devido aos altos valores de coliformes apresentados (fls. 1.259, vol. VII).

Mais adiante, depois de já ter dito que a cava imprimiu “certa beleza cênica ao local” (fls. 1.253), salientou que não deve ser “considerada um dano ambiental, face ao impacto positivo por esta promovido, sob o ponto de vista social que ora ocorre, com a sua utilização para sustento da atividade pecuária (bovinos e caprinos), em área comprovadamente com escassez de tal recurso, devendo ser preservada como tal, havendo contudo sua expressa proibição para consumo humano” (fls. 1.266).

O dimensionamento do Perito do Juízo, de posse dos dados por ele colhidos, fundamentalmente é o mesmo. Antes de mais nada, elencou explicações, comparações casuísticas e referenciais teóricos para demonstrar que não há nocividade e toxidade do amianto nas águas, a partir do que já disse a Organização Mundial de Saúde em Relatório de 1993. Conveniente transcrever sua focalização sobre a água da cava e do açude feitos pela SAMA:

Os resultados das análises efetuadas pela Ecolabor (Anexo IV) e pelo CEPAS/IGc/USP (vol. IV) indicaram um caráter elevado de dureza da água, acima do limite de 500mg/L, ou seja, com alto conteúdo de Magnésio e Cálcio, perfeitamente de acordo com o esperado em se tratando do contato com rochas ricas em minerais com alto teor desses elementos. Também, a elevada concentração de cloretos (Cl⁻) e Sódio (Na⁺) se explica tanto pelas rochas presentes como pelo período de seca na época dessa coleta, onde é muito comum e natural, nessa região e em períodos climáticos com longa estiagem, elevar-se a concentração de sais na água, principalmente pelo efeito da evaporação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Especificamente em relação às amostras colhidas na área da cava, os resultados apontam para valores elevados em parâmetros elevados que alteram as qualidades organolépticas (Dureza, Cor e Sólidos Dissolvidos), um parâmetro microbiológico (Bactérias Heterotróficas) e valor elevado em Cloreto (Cl⁻). Em que pese que um tratamento como filtragem e tratamento químico poderia resolver o problema do excesso de Cloreto que torna a água inapropriada para consumo humano sem tratamento.

Mesmo que se considere haver tecnologia que possa corrigir anomalias de diversos parâmetros em água, não nos parece ser o caso, uma vez que os custos para o tratamento dessa água só seriam aplicáveis em situações de calamidade. Essa fonte de abastecimento, entretanto poderia ser utilizada para irrigação ou dessedentação animal, desde que controlados os parâmetros de sais dissolvidos.

A medida mais adequada, então, no cruzamento dessas informações, está na manutenção da cava, seja pela sua funcionalidade hídrica numa região incluída no polígono das secas, seja pelo uso em atividades agropastoris que vêm sendo desenvolvidas sem qualquer ameaça de dano, conforme avaliação pericial, seja mesmo pela arquitetura cênica que ela veio a ter. Sobre isso, o laudo é enfático: “[n]ão se entende como a melhor forma de reabilitar a área fazendo-se a supressão ou aterramento do reservatório de água atualmente existente na área da cava principal, que pode ter finalidade mais adequada à região” (fls. 4.642, vol. XXI), uma vez que, reafirma mais à frente, “a presença do reservatório que se formou no interior da cava principal pode ser considerada, a depender da visão, um ganho efetivo, dada a carência de recursos hídricos na região” (fls. 4.668, vol. XXII).

Preservar esse nicho hídrico põe-se dentro do *in dubio pro aqua* recomendado, a propósito, aos Juízes pelas conclusões do Fórum Mundial da Água, acontecido em Brasília entre os dias 18 a 23 de março do corrente ano.

No que tange ao caldeirão, o laudo pericial também informou que “não apresenta alterações em relação ao Cloreto, apenas em relação aos aspectos microbiológicos” (fls. 4.930, vol. XXIII). A Fundação José Silveira expôs que “a análise de coliformes totais e coliformes termotolerantes apresentou contagem acima dos padrões microbiológicos de potabilidade” (fls. 1.258, vol. VII). Linhas à frente, declarou que “a água do Caldeirão é doce e encontra-se dentro dos padrões para as classes mais nobres da Resolução nº 20 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, podendo ser utilizada para consumo humano, irrigação pecuária, piscicultura e recreação, sendo necessário algum tratamento para desinfecção devido aos valores para coliformes; e ainda com ressalva para valor de PH que indica acidez carbônica” (ib.). Mas no estado atual sugeriu a proibição do “uso da água do ‘Caldeirão’ para fins de consumo humano” (fls. 1.267, vol. VII).

Esses dados sobre a cava e o caldeirão apontam para manutenção daquela, destinando-se sua água para dessedentação animal e irrigação,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

e a do caldeirão para o mesmo fim, podendo ser consumida para uso humano desde que se faça incidir sobre ela tratamento de desinfecção, se isso se afigurar recomendável no escrutínio da fase de liquidação.

Quanto às medidas acautelatórias mais urgentes, o que já tinha sido determinado quando da concessão de tutela antecipada suspensa pelo Relator do agravo de instrumento interposto pela SAMA, a Fundação José Silveira foi bastante elucidativa em relação ao que sugere ser feito: *“A área ao redor da Cava enquanto se prepara o Plano de Recuperação deve ser cercada com estacas de concreto ou mourão, arame farpado (reposto regularmente), ou utilização de muro de placa de fibrocimento ou alvenaria de blocos (altura superior a 1,80 m) e placas avisando do perigo iminente”* (fls. 1.262, vol. VII). O Perito do Juízo não se furtou ao assunto: *“o cercamento das cavas, em especial as com taludes íngremes, é medida essencial para impedir quedas de pessoas e animais”* (fls. 4.667, vol. XXII).

3.2.7. **Solo e subsolo:** nesse particular, o Perito disse que *“as atividades não ocasionaram degradação da qualidade do solo, se considerarmos alterações físico-químicas dos seus constituintes”* (fls. 4.674, vol. XXII). Mais adiante, reafirmou que *“não encontrou elementos que indicassem possível contaminação do solo e subsolo, tais como manchas de derramamentos ou vazamentos. Além disso, a presença de elementos nas águas superficiais poderia indicar também uma contaminação do subsolo, o que não foi comprovado pelas análises”* (fls. 4.937, vol. XXIII). Todavia, ele próprio admitiu, quando indagado incisivamente pela ABEA, certa superficialidade nessa sua avaliação ao declarar que *“não foram efetuadas coleta e amostragem de solo para não encarecer ainda mais os trabalhos periciais, uma vez que se levou em consideração que a atividade não continha, em seu processo ou matéria prima utilizada, fontes de contaminantes à exceção de óleos e graxas utilizados no maquinário. (...) Caso seja do entendimento a necessidade de comprovação, deverá ser objeto de nova coleta e orçamento complementar para coleta e análises de solo”* (fls. 4.937, vol. XXIII).

Isso significa que o assunto continua aberto e deverá ter definição na fase de liquidação, no âmbito da qual será nomeada a já citada equipe pericial multidisciplinar, que irá avaliar a necessidade da análise físico-química do solo e subsolo. Caso tal análise dê pela ausência de contaminação, não haverá o que executar (STJ, REsp 802.011, Min. Luiz Fux, DJ 19/02/00; REsp 1170338 / RS, rel. Min. Teori Zavascki, DJe 13/04/2010).

3.2.8. **Recuperação da área degradada:** houve indeclinável impacto ambiental na área da Fazenda, como já tinha posto em destaque a Fundação José Silveira ao recomendar *“revegetação de toda a área impactada, conforme orientação neste Laudo”* (fls. 1.267, vol. VII). Suas observações põem-se em coerência com o que posteriormente focalizou o Perito do Juízo: *“O aspecto paisagístico e de recomposição vegetal na área fica a desejar, sendo que uma reabilitação e readequação deveria ser executada”,* sendo que *“para tanto, a área carece de mais estudos quanto ao solo e vegetação locais, para determinar técnica de recomposição nesses aspectos”* (fls. 4.643, vol. XXI). Salientou ademais que “é



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

necessária formação de uma equipe multidisciplinar, visto que o solicitado na questão é parte importante de qualquer estudo ambiental, seja um EIA – Estudo de Impacto Ambiental para licenciamento da atividade, seja um Plano de Recuperação, que deveria e deve ser providenciado pelos responsáveis como parte do projeto para reabilitação da área” (fls. 4.925, vol. XXIII).

Quanto a isso, o MPF requer, entre os pedidos finais, que o PRAD a ser apresentado pela SAMA venha a ser analisado por “*comissão multidisciplinar composta por representantes do MPF, MPE, INEMA, IBAMA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Instituto Federal da Bahia – IFBA, além de outras instituições que possam demonstrar interesse nesta temática*” (fls. 5.119, vol. XXIV). Não é esse, entretanto, o funcionamento da mecânica executória. Deve ser observado inicialmente que inexistente pertinência nessa configuração de equipe multidisciplinar estranha à valoração técnica a cargo do Juiz (art. 370, CPC). Poderiam as citadas entidades acadêmicas intervir como *amici curiae*, se o quiserem, ou forem convidadas a tal.

Por outro lado, o que se segue à sentença dessa natureza é a fase de liquidação, pela própria ausência de exatidão quantitativa dos danos. Repita-se que o Perito não delimitou a totalidade dos impactos ambientais por escapar de sua formação profissional, embora reconheça que tenham ocorrido: “*Este Perito não tem habilitação em outras áreas que não a geologia, não podendo, portanto, identificar e quantificar todos os impactos relativos aos meios biológico e socioeconômico. Pôde apenas elencar, com base em sua experiência e conhecimento da área e das atividades minerárias em geral, os impactos principais ocorridos*” (fls. 4.925, vol. XXIII, sem destaque no original).

Esses danos, nesse panorama legal, terão que ser especificados em fase de liquidação de sentença, que tem a virtude de evitar os morosos vaivéns característicos do cumprimento deixado ao talante do devedor, como já se viu neste Juízo em outras oportunidades, delongando a efetiva reparação. Seu objetivo é, portanto, “*o de integrar a decisão liquidanda, chegando a uma solução acerca dos elementos que faltam para a completa definição da norma jurídica individualizada, a fim de que essa decisão possa ser objeto de execução*”²⁶.

Essa liquidação tanto pode ocorrer por arbitramento quanto por procedimento comum (a antiga liquidação por artigos), como estabelece o art. 509, do CPC: “*Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor: I - por arbitramento, quando determinado pela sentença, convencionado pelas partes ou exigido pela natureza do objeto da liquidação; II - pelo procedimento comum, quando houver necessidade de alegar e provar fato novo*”.

Liquidação por arbitramento comporta prova pericial, como estatuído no art. 510: “*Na liquidação por arbitramento, o juiz intimará as partes*

²⁶ DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. *Curso de Direito Processual Civil*. Salvador: Juspodivm, 2009, p. 112.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

para a apresentação de pareceres ou documentos elucidativos, no prazo que fixar, e, caso não possa decidir de plano, nomeará perito, observando-se, no que couber, o procedimento da prova pericial". Liquidação por procedimento comum, a seu turno, tem seu eixo no fato novo que *"tenha ocorrido depois da sentença, e que tenha relação direta com a determinação da extensão da obrigação nela constituída, ou de fato que, mesmo não sendo a ela superveniente, não tenha sido objeto de alegação e prova no bojo do anterior processo de conhecimento, embora se trate de fato vinculado à obrigação resultante da sentença"*²⁷.

Esta última espécie de liquidação pode vir a se revelar adequada pela própria natureza da condenação em ação ambiental, como bem salienta Juliana Gerent: *"é possível que numa sentença condenatória por danos ambientais o mérito da causa restrinja-se à poluição de um rio e dos seus peixes e a sentença condenou a reparação pecuniária desses fatos, entretanto, na liquidação da sentença, como prova de fato novo, tem-se a demonstração de que o solo e vários animais terrestres e aves também foram atingidos pela poluição. Tem-se, assim, fato verificado antes da sentença condenatória portanto, também é admissível a liquidação desta sentença"*²⁸.

Isso se aplica claramente ao caso dos autos – sem prejuízo da execução imediata de certos itens que comporão o dispositivo da sentença – pela referida indefinição de limites quantitativos ou de precisão do impacto ambiental no laudo pericial, embora, reitere-se, ele os tenha identificado genericamente de forma insofismável. No caso presente, o arbitramento se revela mais adequado pelas especificidades profissionais envolvidas. Somente se houver fato novo a ser identificado pelos Peritos é que se pode pensar em liquidação por procedimento comum, adotando-se a bilateralização contraditória para ele prevista.

Por último, não é fora de propósito realçar que o art. 512, do Código de Processo Civil, prevê liquidação antecipada da sentença, ou seja, ainda que pendente recurso, mesmo tendo sido recebido no efeito suspensivo. O procedimento de liquidação, que é, na verdade, uma fase, não um processo autônomo, opera-se então imediatamente neste Juízo, sendo autuado em apartado e instruído com peças processuais adequadas. Nele, a equipe pericial, com base no art. 225, §1º, I e §2º da Constituição, e no art. 2º, VIII e VI da Lei 6.938/81, apura *"os efeitos ecológicos e ambientais da agressão inicial a um bem ambiental corpóreo que estiverem no mesmo encadeamento causal, como, por exemplo, a destruição de espécimes, habitats e ecossistemas inter-relacionados com o meio afetado"*, bem como *"os denominados danos interinos, vale dizer, as perdas de qualidade ambiental havidas no interregno entre a ocorrência do prejuízo e a efetiva recomposição do meio degradado"*. Por outro lado, devem ser mensurados *"os danos*

²⁷ WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Liquidação de sentença*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 132-133, sem destaque no original.

²⁸ GERENT, Luciana. *Liquidação de sentença condenatória por danos ambientais difusos*. Processos Coletivos, Porto Alegre, vol. 1, n. 1, 19 out. 2009. Disponível em: <http://www.processoscoletivos.com.br/doutrina/18-volume-1-numero-1-trimestre-01-10-2009-a-31-12-2009/73-liquidacao-de-sentenca-condenatoria-por-danos-ambientais-difusos> - Acesso em: 20-Mar-2018



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

*futuros que se apresentarem como certos, os danos irreversíveis à qualidade ambiental*²⁹.

A essa fase liquidatória, seja dito mais uma vez, segue-se o cumprimento da sentença, o que pode incluir a apresentação do PRAD pelas Rés guiado pelo que avaliar a comissão pericial multidisciplinar e referendado pelo Juízo.

3.2.9. Outras medidas de proteção urgentes: intervenções aditivas de natureza cautelar foram recomendadas pelo Perito, a exemplo do *"cercamento de diversos locais, nomeadamente as pilhas de rejeitos e/ou estéreis e principalmente o cercamento das porções elevadas/íngremes das cavas, de maneira a evitar o trânsito de pessoas e animais nessas áreas sob risco de queda"* (fls. 4.644, vol. XXI). Além disso, sugeriu *"sinalizar adequadamente a área sobre o conteúdo do material depositado, mesmo considerando os baixos teores, com os seguinte dizeres: NÃO RETIRAR/CARREGAR, NÃO QUEBRAR, MOER, SERRAR OU BRITAR. A POEIRA PODE SER NOCIVA À SAÚDE"* (fls. 4.642, vol. XXI).

Quanto às galerias, salientou que devem *"ser fechadas com portões, evitando-se a passagem de pessoas e gado, cuidando-se que já há vida presente e adaptada, como de morcegos, insetos diversos e possivelmente outros animais vivendo nesses locais"* (fls. 4.643, vol. XXI), avaliação similar à daquela da Fundação José Silveira ao aludir à *"instalação de dispositivo seguro que impeça o acesso de pessoas ao interior das aberturas das galerias, inclusive com a devida sinalização"* (fls. 1.267, vol. VII).

Por fim, outra medida recomendável é aquela posta em destaque no laudo: *"Que os responsáveis efetuem campanhas de esclarecimento à população quanto aos riscos de inalação de fibras em caso de movimentação destes materiais"* (fls. 4.925, vol. XXIII). A finalidade dessa campanha prende-se adequadamente à tentativa de redução da vulnerabilidade da população.

Todas elas, no geral, guardam consigo razoabilidade, contra a qual não foi formulada impugnação consistente.

3.2.10. Dano, nexó causal e dano moral coletivo: pelo que se vê do laudo, houve irrefragáveis danos ambiental e ecológico provocados pela exploração de amianto na mina São Félix, em Bom Jesus da Serra. Que o dano foi produzido pelas Rés, não há dúvida. Com efeito, a SAMA admite, na contestação, que explorou de 1940 a 1967 amianto na mina, tendo formalizado o encerramento das atividades minerárias em 24.04.1971 (fls. 1.846, vol. X), chegando a ser taxativa: *"Cabe mencionar que a exploração da jazida de amianto localizada na 'Fazenda São Félix do Amianto' foi realizada pela empresa denominada 'Sociedade Anônima Mineração de Amianto', atualmente denominada Sama S/A Minerações Associadas"* (ib.). Sua única ressalva diz respeito à coparticipação de algumas outras

²⁹ MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente*. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 315.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

peças, dentre as quais foi demonstrado que efetivamente jogou papel importante na exploração a Saint-Gobain do Brasil Ltda, quando operava sob o nome Brasilit.

A correlação *dano-nexo causal* está, por conseguinte, conclusivamente demonstrada, o que convoca ao exame da pretensão indenizatória formulada na inicial, que usa a expressão *danos morais coletivos* na sua aceção mais abrangente, ou seja, compreensiva de danos morais coletivos e danos sociais ou sociomorais. Como já escrevi em outro lugar, o dano moral coletivo remete a um *"consequente reparatório da lesão a direitos difusos, individuais homogêneos e coletivos em sentido estrito, sob os quais há sempre o referente de indivíduos singularmente lesados, embora indeterminados"*³⁰.

No dano sociomoral, transcende-se um feixe indeterminado de indivíduos para alcançar a própria sociedade, que é solidária, como dispõe o art. 3º, I, da Constituição³¹. Essa solidariedade é orgânica, para usar a célebre divisão feita por Émile Durkheim³², *id est*, nela as pessoas se unem não por semelhança (de crenças, costumes e valores), *"mas porque são interdependentes, uma vez que as múltiplas especializações técnicas tornaram difícil o viver delas de forma autônoma ou isolada"*, ou seja, a solidariedade orgânica *"se apoia em cooperação e solidariedade"*³³.

A interdependência que integra o equilíbrio ambiental fica clara na enunciação do Ótimo de Pareto (chamado muitas vezes de alocação ótima dos recursos de Pareto, otimização de Pareto, máximo de Pareto e critério de Pareto), pelo qual se demonstra que não há possibilidade alguma de se melhorar a posição de um dos agentes sem que a posição de outro seja piorada. Qualquer pendência favorável para um dos lados passa a ser danosa ao princípio do desenvolvimento sustentável, pelo qual, como se sabe, se tenta atribuir o máximo de desenvolvimento com o mínimo de destruição da natureza.

Pense-se no exemplo da poluição: a alocação ótima de Pareto ocorreria quando as indústrias adequassem sua produção a um limite que lhes fosse economicamente viável, e, ao mesmo tempo, *aparentemente* satisfatório das exigências científicas para a vida humana. Mas a melhora de qualquer um desses dois vetores em jogo piora a situação do outro: ou seja, aumentar o limite da poluição é desastroso para a vida humana e diminuir súbita e drasticamente o mesmo limite pode implicar reflexos prejudiciais na vida econômica e social. Derani salienta a esse

³⁰ CASTRO JR., João Batista de. Dano moral coletivo e dano sociomoral. In: STOCO, Rui (Org.). *Doutrinas essenciais*: dano moral. São Paulo: RT, 2015, vol. I, p. 1.111-1.133, (p. 1.130).

³¹ Nessa linha já decidiu o Tribunal Superior do Trabalho: *"A indenização por dano moral revela conteúdo de interesse público, na medida em que encontra ressonância no princípio da dignidade da pessoa humana, sob a perspectiva de uma sociedade que se pretende livre, justa e solidária (CF, art. 1º, III, e 3º, I)"* (RR - 230-49.2011.5.09.0594, data de julgamento: 05/09/2012, rel. Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, data de publicação: DEJT 14/09/2012).

³² DURKHEIM, Émile. *De la division du travail social*. Huitième édition. Paris: PUF, 1967[1883], p. 123.

³³ CASTRO JR., *op.cit.*, p. 1.125.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

respeito: *“Desenvolvimento sustentável é a tradução do ótimo de Pareto a ser encontrado entre desenvolvimento econômico e a proteção dos recursos naturais”*³⁴.

Quando, portanto, se rompe gravemente esse equilíbrio, como se viu no caso dos autos, há lugar para o dano moral ambiental, pois, se no dano moral individual há função atomizada, no coletivo pensa-se no todo a que subjaz indeterminativamente cada um dos indivíduos que o compõem.

Sendo assim, na avaliação do dano sociomoral não se tateiam de forma distributiva os indivíduos concretamente afetados, do contrário não seriam senão danos individuais multitudinários que se somariam, decomponíveis em tantas sentenças quantas fossem as cabeças. No individual é que isso acontece por excelência, ou seja, dá-se mais ou menos aquilo que se passa no terreno da álgebra, em que função é expressão matemática *“que põe em relação dois valores pertencentes a conjuntos diferentes, mas com ligações entre si, de tal forma que todos os elementos de um dos conjuntos (o domínio da função) devem possuir representação no conjunto do contradomínio”*³⁵.

Nesse panorama, a reparação se impõe como consequente lógico, estando assente que *“a condenação a recuperar a área lesionada não exclui o dever de indenizar, sobretudo pelo dano que permanece entre a sua ocorrência e o pleno restabelecimento do meio ambiente afetado (= dano interino ou intermediário), bem como pelo dano moral coletivo”* (STJ, REsp 1180078/MG, rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 28/02/2012).

Por isso é desinfluyente perquirir-se culpa ou não do agente, apesar de a SAMA, sobretudo ela, recorrentemente alegar ter agido nos limites do que a legislação permitia. Essa ideia de culpa, advogada por alguns teóricos³⁶, tem modernamente dado lugar – e com razão, por não se estar nos domínios patrimoniais privados de relações contratuais – ao risco da atividade do agente³⁷. Nessa linha de intelecção, mais de uma vez o Superior Tribunal de Justiça decidiu que *“a legislação de regência e os princípios jurídicos que devem nortear o raciocínio jurídico do julgador para a solução da lide encontram-se insculpidos não no código civilista brasileiro, mas sim no art. 225, § 3º, da CF e na Lei 6.938/81, art. 14, § 1º, que adotou a teoria do risco integral, impondo ao poluidor ambiental responsabilidade objetiva integral”* (AgRg no REsp 1412664 / SP, rel. Min. Raul Araújo, j. 11/02/2014). Isso implica – aditou a Corte – *“o dever de reparar independentemente de a poluição causada ter-se dado em decorrência de ato ilícito ou não, não incidindo, nessa situação, nenhuma excludente de responsabilidade”*³⁸.

³⁴ DERANI, Cristiane. *Direito ambiental econômico*. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 113.

³⁵ CASTRO JR., *op.cit.*, p. 1.117.

³⁶ Cf. DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1995, vol. 7, p. 79.

³⁷ LEITE, José Rubens Morato. *Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 286.

³⁸ No mesmo sentido: STEIGLEDER, Annelise Monteiro. *Responsabilidade civil ambiental: as dimensões do dano ambiental no direito brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011; SOUZA, C.A.M. “Responsabilidade civil ambiental”. In ARAÚJO, Gisele Ferreira de. (Org.). *Direito Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2008, v. 1, p. 116-139; BENJAMIN, Antonio Herman. *O princípio do poluidor-pagador*, in _____.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

A essa compreensão não se pode opor inexistência de restrição legal no ordenamento jurídico quando do início da exploração. Sem ser preciso ingressar nos meandros da discussão que medrou no STF sobre direito adquirido e a Constituição, no exame das ADINs 3.105/DF e 3.128/DF, deve ser alertado que, no Brasil, jamais existiu modelo de licença, à la James Bond, para, sem responsabilidade, matar e destruir vidas e meio ambiente no exercício de atividade econômica, ainda que regulamentada.

Por último, é igualmente impróprio falar-se em culpa concorrente da vítima, uma vez que, como ensina Herman Benjamin, “[o] *Direito Ambiental Nacional não aceita as excludentes do fato de terceiro, de culpa concorrente da vítima (que vítima, quando o meio ambiente tem como titular a coletividade?) e do caso fortuito e força maior. Se o evento ocorreu no curso ou em razão de atividade potencialmente degradadora, incumbe ao responsável por ela reparar eventuais danos causados, ressalvada sempre a hipótese de ação regressiva*”³⁹.

2.2.9.1. Quantificação do dano moral ambiental: em caso de grave lesão ao equilíbrio ambiental, via de regra, é tarefa ingente conhecer o valor matemático exato do dano ou mesmo chegar a um valor aproximado em potência de 10, com que se possa estabelecer ordem de grandeza representada por notação científica. Daí dizer Branca Martins da Cruz, na sua própria fraseologia, que “*qualquer avaliação econômica deverá pois partir da valoração ético-social de que o bem afectado é passível, numa dada comunidade, quer para as gerações contemporâneas do dano, quer para as gerações vindouras (...)*”⁴⁰.

Há, de fato, proposições metodológicas, lastradas na Economia, que buscam quantificar esse dano a partir de conceitos como valor de uso, valor de existência e valor de opção⁴¹. Todavia, se se adotam métodos de quantificação monetária a partir de dimensionamentos teóricos que levam em conta valores de reposição ditados pelo mercado, deixa-se de considerar o caráter intergeracional do meio ambiente ecologicamente equilibrado. O ponto, por via de consequência, é que mesmo com métodos econométricos de maior exatidão, essa quantificação, como, por outras palavras, sublinha Helenita Barreira Custódio, “*constitui real questão aberta à espera de efetivas e permanentes elaborações, evidentemente ajustáveis às*

Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1998. LANFREDI, Geraldo Ferreira. “A objetivação da teoria da responsabilidade civil e seus reflexos nos danos ambientais ou no uso antissocial da propriedade”. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, n. 6, ano 2, p. 87-96, abr/jun.2001; MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2000; FERRAZ, Sérgio. “Responsabilidade civil por dano ecológico”. *Revista de Direito Público*, São Paulo, n. 49-50, 1977, p. 34-41.

³⁹ *Responsabilidade civil pelo dano ambiental*. Disponível em <http://migre.mc/mmfMg>.

⁴⁰ DA CRUZ, Branca Martins. Responsabilidade civil pelo dano ecológico: alguns problemas. *Revista de Direito Ambiental* n.5, p. 37, *apud* MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente*. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 348.

⁴¹ cf. PARAÍSO, Maria Leticia. Metodologias de Avaliação Econômica dos Recursos Naturais. *Revista de Direito Ambiental*, ano 2, nº 6, abril-junho, RT, São Paulo, 1997.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

*crescentes exigências sócio-econômico-urbanístico-ambientais da época contemporânea*⁴².

É possível, entretanto, valorar certos aspectos que guiam a percepção indenizatória do dano. Juliana Gerent lembra também, a propósito, que “o Decreto 4.339/2, que trata da Política Nacional da Biodiversidade, é a única norma jurídica que traz no inciso XIV do Anexo I a previsão de critérios para fixação do valor do dano ambiental ao estabelecer: ‘o valor de uso da biodiversidade é determinado pelos valores culturais e inclui valor de uso direto e indireto, de opção de uso futuro e, ainda, valor intrínseco, incluindo os valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético’” (op.cit.).

No caso dos autos, há danos ecológicos de alto coeficiente, entendidos como tais aqueles que afetam a natureza, os seres vivos e suas interações com o meio ambiente onde nascem, se desenvolvem e vivem, aí incluída a interação com fatores de dependência essenciais, como o ar. O dano ambiental, compreendido como aquele que atinge bens jurídicos individuais influenciados por fatores culturais e sociais, além dos naturais, está bem expresso na dilaceração pelos estragos singularmente feitos ao longo de décadas, chegando no caso a se estabelecer duradouro sobressalto existencial da comunidade, suspenso no ar tal como as fibras de amianto, pelo risco de emissão de poeira com movimentação de rejeitos, sem falar que essa difusa comunidade de indivíduos teve e ainda terá por algum tempo que conviver com as interdições de uso e gozo dos espaços (casas e edificações públicas terão que ser demolidas, campo de futebol de uso vetado administrativamente), além do desequilíbrio gerado pela supressão da vegetação nativa e da desvalorização das propriedades afetadas.

Esses dados jogam destacado papel na quantificação do dano moral coletivo, como entende o Superior Tribunal de Justiça, que, em regime de julgamento de recurso repetitivo, no âmbito de caso envolvendo acidente ambiental ocorrido, em janeiro de 2007, nos municípios de Mirai e Muriaé, Estado de Minas Gerais, desenhou o seguinte parâmetro conceitual:

na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito caso a caso e com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico do autor, e, ainda, ao porte da empresa, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, de modo que, de um lado, não haja enriquecimento sem causa de quem recebe a indenização e, de outro, haja efetiva compensação pelos danos morais experimentados por aquele que fora lesado (REsp 1374284 / MG, rel. Min. Luís Felipe Salomão, Segunda Seção, j. 27/08/2014).

⁴² CUSTÓDIO, H. B. Avaliação dos custos ambientais em ações jurídicas de lesão ao meio ambiente. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 652, ano 79, p. 14-28, fev. 1990, p.16.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Esses pontos, “*nível socioeconômico do autor*”, “*porte da empresa*” e “[juiz] *atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso*” são chave para a expressão indenizatória pretendida pelo Ministério Público, que, em alegações finais (MPF), lembra que “*o ativo fixo ou não circulante da SAMA, segundo relatório da empresa de auditoria independente Ernst & Young, é de R\$ 116.740.000,00*” (fls. 5.116, vol. XXIV).

Quanto à Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda, por ser empresa de capital fechado, suas demonstrações contábeis não aparecem entre as empresas listadas na BOVESPA. Mas pelas informações da matriz europeia da Saint Gobain se fica sabendo que, em 2017, ela apresentou ativo circulante de 16.058 milhões de euros (disponível em: *Compagnie de Saint-Gobain - 2017 Consolidated Financial Statements and Notes - Disponível em: https://www.saint-gobain.com/sites/sgcom.master/files/comptes_conso_31-12-2017_eng.pdf*), o que demonstra sua idoneidade para suportar os efeitos da condenação sem poder alegar que são excessivamente onerosos.

Nessa fisionomia do volume dos danos, e por não ser possível enquadramento indenizatório por tarifação a partir da legislação infraconstitucional, como quer uma visão minoritária⁴³ em franca contrariedade à corrente dominante⁴⁴, não se mostra absolutamente desarrazoado o valor proposto na inicial, que, corrigido, alcança hoje a cifra de R\$ 31.423.370,00 (trinta e um milhões, quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e setenta reais).

4. **Tutela de urgência:** como já dito, houve *initio litis* concessão de liminar com medidas acautelatórias de alerta à população (fls. 2.170-2.176, vol. XI), que foi suspensa pelo Relator do agravo de instrumento interposto pela SAMA (fls. 2.288-2.290).

No presente caso, torna-se imperioso revigorar a liminar com latitude maior do que a que inicialmente foi dada porque, após a instrução probatória, ficaram bem mais nítidos alguns achques ambientais que se exige agora atalhar, utilizando-se a singular característica que a estampa da ameaça ecológico-ambiental exerce no regime das tutelas de urgência, por força do *in dubio pro securitate*, como ensina Humberto Theodoro Junior:

Segundo o princípio da proporcionalidade, o que se passa é que quanto mais verossímil o direito, menos rigorosa a exigência do risco de dano; e quanto mais grave o perigo de uma lesão extrema e irreparável, mais se atenua o rigor na exigência do fumus boni iuris. Assim é que se vai da admissibilidade de medidas liminares para a ‘tutela do fumus extremado’ (tutela da evidência sem reportar-se ao perigo de dano) até a adoção de ‘tutela do periculum extremado’ (como nas medidas autorizadas pela legislação ambiental, que se fundam no ‘princípio da precaução’, sem maior preocupação com a

⁴³ ANTUNES, P. B. *Direito Ambiental*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001, p. 154.

⁴⁴ *Inter alia* José Rubens Morato Leite, *op.cit.*, p. 220.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

*demonstração efetiva do direito – fumus – dada a ‘emergência crítica’ evidenciada no caso analisado)*⁴⁵.

A dilatação do alcance mandamental e executivo da liminar compreenderá, entre outros aspectos, a acomodação operacional das pilhas rejeitos de amianto, distribuídas desordenadamente no vilarejo, além da identificação e consequente demolição das edificações que com eles tenham sido erguidas, paralelamente à edificação das mesmas unidades sob novas condições construtivas.

Só para lembrar, o restabelecimento dos efeitos da tutela de urgência situa-se na inteira autonomia que o julgador de 1º grau tem por ocasião da sentença: *“A execução provisória da sentença não constitui quebra de hierarquia ou ato de desobediência a anterior decisão do Tribunal que indeferira a liminar”*, porquanto *“liminar e sentença são provimentos com natureza, pressupostos e finalidades distintas e com eficácia temporal em momentos diferentes”*. Por isso mesmo, *“a decisão que defere ou indefere liminar, mesmo quando proferida por tribunal, não inibe a prolação nem condiciona o resultado da sentença definitiva, como também não retira dela a eficácia executiva conferida em lei”* (STJ, REsp 810052 / RS, rel. Min. Teori Zavascki, j. 25/04/2006).

5. **Indisponibilidade:** o Ministério Público requereu indisponibilidade dos bens do ativo não circulante da SAMA a fim de assegurar a execução dos valores das condenações. Postulou, no mesmo passo, que seja determinado *“o bloqueio judicial dos lucros obtidos e ainda não distribuídos”* (fls. 5.115, vol. XXIV). Essa vedação de distribuição de lucros, justifica o *Parquet*, deve-se ao imenso passivo de dívida líquida de R\$ 63 milhões e R\$ 144 milhões para controlada e controladora, *“o que pode comprometer a reparação dos danos causados”* (ib.).

O pedido é adequado, especialmente porque não mira o ativo circulante, inclusivo de dinheiro em caixa, conta movimento em banco, aplicações financeiras, contas a receber, estoques, despesas antecipadas, numerário em caixa, depósito bancário, mercadorias, matérias-primas e títulos, mas sim o ativo não circulante, constituído de bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da entidade e do seu negócio. Naturalmente, em nome da isonomia, as constringências devem se estender à Saint Gobain do Brasil Ltda. Feito este adendo, deve ser deferida a medida postulada pelo MP como de natureza cautelar, por ser conservativa, uma vez que, ao contrário da tutela de urgência satisfativa, não visa à apropriação do bem para entrega ao credor. Trata-se, assim, de tutela de urgência de caráter interinal, que assegura o resultado útil da execução. Seus

⁴⁵ *Curso de direito processual civil*. 56. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, n. 438, p. 599. Não é outro o sentido extraível do ensinamento de Marcelo Abelha: *“não é demais ou devaneio afirmar que a questão da urgência na proteção do meio ambiente é in re ipsa, pois a sua ubiquidade, instabilidade e essencialidade à vida não permitem que se adote outra premissa senão a de que toda tutela jurisdicional em favor do meio ambiente deve ser tratada com a máxima urgência, pelos riscos que o prejuízo ambiental causa à sociedade”* (Processo Civil Ambiental. São Paulo: RT, 2008, p. 114).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

requisitos estão presentes, uma vez que, além do direito material que ganhou precisão conceitual, nota-se existir perigo de dano se não se acautelar a fase executiva, pelo risco de as empresas desfazerem-se dos seus ativos.

Em contrapartida, não há perigo de dano inverso por justamente focar-se o ativo não circulante. A medida, então, quadra com o conceito de arresto, que funciona *“como meio de preservar a responsabilidade patrimonial a ser efetivada pela execução por quantia certa”*, lembra Humberto Theodoro Junior⁴⁶. Observe-se, como já dito, que o art. 301, do CPC, consagra o poder geral de cautela. No âmbito dele, existe *“a proibição de dispor, como medida menor do que o sequestro e o arresto, pois conserva a posse do dono, e apenas interdita a possibilidade de alienação da coisa”*, adita o mesmo autor⁴⁷. Essa providência atípica seria, nesse caso, mais indicada.

Como quer que seja, ou através dela ou do arresto, há pertinência na constrição, como já deixou estabelecido o Superior Tribunal de Justiça, mesmo em relação a bens de sócios (REsp 839916 / RJ, rel. Min. Luiz Fux, j. 04/09/2007).

CONCLUSÃO

À vista de todo o exposto:

1. Rejeito a arguição de prescrição, na forma da fundamentação.

2. Julgo improcedente o pedido de chamamento ao processo e de condenação dos herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira e Isaura Maria Silva Oliveira.

3. Julgo procedentes os pedidos para condenar a SAMA S.A. e a Saint-Gobain do Brasil Produtos Químicos Industriais e para Construção Ltda a solidariamente:

3.1. Pagar o valor de R\$ 31.423.370,00 (trinta e um milhões, quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e setenta reais) a título de reparação de danos morais, a ser revertido em favor de projetos culturais, sociais e ambientais da população do Município de Bom Jesus da Serra, mediante autorização deste Juízo, com prévia manifestação do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual.

3.2. Fazer realocação topográfica das pilhas de rejeito, estéreis ou não – inclusive aqueles utilizados nas bermas da estrada Poções-Bom Jesus da Serra, que

⁴⁶ Curso de direito processual civil. 56. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 599.
⁴⁷ Op. cit., p. 628, item 464.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

deverão ser identificados e selecionados –, com cobertura de solo orgânico e recuperação da cobertura vegetal nativa, precedido todo o procedimento de umidificação do material, utilizando-se para isso a água da cava e caminhões pipa com aspersores/pingadores, impedindo assim a emissão de poeira com fibras (laudo pericial, fls. 4.643, vol. XXI), atendendo-se, se for o caso, outra metodologia que supervenientemente se afigurar adequada no plano de reabilitação ambiental da equipe multidisciplinar a ser nomeada pelo Juízo na fase de liquidação de sentença.

3.3. Afixar 30 (trinta) placas de advertência (de dimensão de *outdoors*) com sinalização adequada da área sobre o conteúdo do material depositado, com a utilização dos seguintes dizeres: **NÃO RETIRAR/CARREGAR, NÃO QUEBRAR, MOER, SERRAR OU BRITAR. A POEIRA PODE SER NOCIVA À SAÚDE – DETERMINAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL.**

3.4. Identificar, selecionar e posteriormente demolir e remover edificações erguidas com utilização de rejeitos, estéreis ou não, adotando-se as precauções recomendadas pelo laudo pericial e pela Fundação José Silveira, ou outra metodologia que supervenientemente se afigurar adequada no plano de reabilitação ambiental da equipe multidisciplinar a ser nomeada pelo Juízo na fase de liquidação de sentença, pondo-se correlativamente a edificar construções funcionalmente similares em benefícios dos atuais ocupantes.

3.5. Fechar as galerias da mina, com sinalização similar à do item 3.3, para impedir passagem de pessoas e gado.

3.6. Realizar campanhas, em rádio, televisão e nas escolas, de esclarecimento à população quanto aos riscos de inalação de fibras em caso de movimentação dos materiais.

3.7. Executar análise físico-química do solo e subsolo, sob a orientação da equipe multidisciplinar, na área de exploração, para avaliar se houve ou não contaminação, e, em caso positivo, proceder à reparação do dano ambiental devidamente liquidado.

3.8. Monitorar a área de exploração por pelo menos mais cinco anos, em período de chuvas e estiagem para acompanhamento da qualidade do ar, tal como recomendado no laudo pericial (fls. 4.916, vol. XXIII),



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

com apresentação de relatórios aos autos para fins de controle do cumprimento devido.

3.9. Preservar a cava principal (*canyon*), oriunda da extração de rochas mineralizadas pelas Rés, tanto quanto o *caldeirão*, submetendo-se a água de ambos a tratamento de desinfecção, tendo em vista valores dos cloretos e sólidos dissolvidos, a fim de ser utilizada para irrigação e dessedentação animal, caso não se afigure também recomendável, à Comissão Pericial Multidisciplinar, tratamento da água para consumo humano.

3.10. Implantar projeto paisagístico da cava principal, de acordo com as especificações a ser dada pela equipe pericial multidisciplinar da fase de liquidação de sentença, de forma a integrá-la com a fisionomia topográfica da região a fim de que tenha utilidade cênica para fins de visita, além de outros.

3.11. Cercar a área ao redor de todas as cavas com arame farpado, a ser repostado periodicamente, para impedir queda de pessoas e animais, bem como fazer sua sinalização de advertência através de 5 (cinco) placas com dimensão de *outdoor* sobre a impropriedade da água para consumo humano e sobre o risco pessoal da área, tendo em vista suas encostas e taludes íngremes e instáveis.

3.12. Realizar Plano de Recuperação da Área Degradada-PRAD no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da definição a ser dada na fase de liquidação pela equipe pericial multidisciplinar.

4. Defiro tutela de urgência para determinar às Rés o cumprimento, no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dos comandos da sentença expostos nos itens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.10, 3.11 e 3.12, tendo como termo inicial de contagem, salvo a especificidade do item 3.12, as indicações e balizamentos da Comissão Pericial Multidisciplinar a ser nomeada.

5. Decreto indisponibilidade do valor de R\$ 31.423.370,00 (trinta e um milhões, quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e setenta reais), incidente sobre dos bens do ativo não circulante da SAMA S.A. e da Saint Gobain do Brasil Ltda e sobre lucros obtidos e ainda não distribuídos.

6. Ordeno à Secretaria que extraia cópia desta sentença, do laudo pericial, das manifestações feitas pelo Perito em resposta aos quesitos complementares, bem como dos documentos que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

integram os Anexos, para servirem à fase de liquidação, sem prejuízo de outras peças que vierem a parecer úteis aos Autores.

7. Ordeno que cópia do laudo pericial (fls. 4.505-4.695) seja enviada à Promotoria de Justiça que responde pelo Município de Bom Jesus da Serra a fim de que, tomando conhecimento da observação sobre a qualidade da água de abastecimento público, feita pelo Perito às fls. 4.636-7, embora desassociada da exploração de amianto, adote as providências que lhe parecerem pertinentes.

8. Condeno SAMA S.A., por ter sido de sua exclusiva iniciativa o chamamento ao processo, em 3% (três por cento) sobre o valor dado à causa, a título de honorários de sucumbência, em favor dos herdeiros de Manoel Cândido de Oliveira e Isaura Maria Silva Oliveira.

9. Condeno solidariamente SAMA S.A. e Saint-Gobain do Brasil Ltda ao pagamento de custas e a arcar em favor da ABEA, a título de honorários de sucumbência – dadas a natureza e a importância da causa e considerando o grau de zelo dos profissionais atuantes e o trabalho por eles realizado (art. 85, § 2º, I, III e IV, do CPC), ao produzirem debates de largo alcance (fls. 4.058-4.064, 4.076-4.082, 4.397-4.401, 4.251-4.255, 4.787-4.812. 5.153-5.166), desde sua admissão na lide como assistente litisconsorcial (fls. 3.718), que permitiram refinar o posicionamento jurídico na solução da demanda –, com 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído à causa.

Oficie-se ao Relator dos agravos de instrumento interpostos pela SAMA e ao Relator do agravo interposto pela Saint-Gobain do Brasil Ltda (fls. 3.914), comunicando-lhes o sentenciamento do feito.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Vitória da Conquista, Bahia, 9 de abril de 2018.


João Batista de Castro Júnior

Juiz Federal titular da 1ª Vara

Subseção Judiciária de Vitória da Conquista